

Sumário

-  **4** Edital Coletânea
-  **5** Editorial
-  **6** Registros ABEU
-  **10** Internacional
-  **12** XXIX Reunião Anual
-  **15** Carta de Viçosa
-  **16** Relatório Anual 2015-2016
-  **18** Memórias: Santa Maria, RS
-  **19** No Congresso
-  **20** Especial: Conheça-te a ti mesmo
-  **23** Artigo I: É preciso redimir o Brasil pela leitura
-  **27** Artigo II: A emergência da Ciência Aberta
-  **29** Artigo III: A gestão financeira das livrarias das Editoras Universitárias por Fundações de Apoio
-  **32** Artigo IV: Introdução aos Direitos Autorais: perguntas e respostas
-  **40** Nosso Prêmio 2016
-  **41** Registro: Prêmio ABEU 2015
-  **46** Associadas

Diretoria 2015/2017

Presidente - MARCELO LUCIANO MARTINS DI RENZO (ED. LEOPOLDIANUM - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS)

Vice-presidente - NAIR MARIA DI OLIVEIRA (ED. PUC GOIÁS)

Diretor Secretário - ANÍBAL FRANCISCO ALVES BRAGANÇA (ED. UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Diretora Financeira - MARIA CANDIDA SOARES DEL-MASSO (ED. UNESP)

Diretora de Eventos - ELISAMA FABÍOLA PEREIRA DA SILVA (ED. MACKENZIE)

Diretora de Comunicação - FLAVIA GOULART MOTA GARCIA ROSA (ED. UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Diretor de Difusão Editorial - ANTÔNIO ROBERTO FAUSTINO DA COSTA (ED. UEPB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA)

Diretor da Região Norte - CEZÁRIO PAULINO BEZERRA DE QUEIROZ (ED. UFRR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA)

Diretora da Região Nordeste - RITA VIRGÍNIA ARGOLLO (EDITUS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ)

Diretor da Região Sudeste - RENATO PAIVA (ED. UFA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS)

Diretora da Região Centro-Oeste - SELMA LUCIA LIRA BELTRÃO (EMBRAPA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA)

Diretor da Região Sul - ALEX NICHE TEIXEIRA (ED. UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Conselho Fiscal

Titulares - ASTOMIRO ROMAIS (ED. ULBRA); JOEL CORSO (ED. UNIJUÍ); PAULO MURILO GUERREIRO DO AMARAL (ED. UEPA);

Suplentes - IZABEL FRANÇA DE LIMA (ED. UFPB); ALAN KARDEC GOMES PACHÊCO FILHO (ED. UEMA); ANA MARIA FERNANDES (ED. UNB)

Secretário Executivo - RUBENS MANDELLI NERY

Verbo. Revista da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) - n. 12 julho 2015 - junho 2016

Editor - MARCELO LUCIANO M. DI RENZO, MTB/SP 11.008

Projeto gráfico, editoração e Ilustração Capa - ELCIO PRADO (ED. LEOPOLDIANUM/UNISANTOS)

Conselho Editorial

FLAVIA GOULART MOTA GARCIA ROSA; MARIA CANDIDA SOARES DEL-MASSO; MARCELO LUCIANO MARTINS DI RENZO.

CTP, Impressão e Acabamento - Gráfica Editora Pallotti

Coletânea comemorativa dos 30 anos da ABEU

SELEÇÃO DE ORIGINAIS

A ABEU constituirá um comitê científico, formado por profissionais acadêmicos de excelência, para proceder à análise e emissão de parecer sobre os textos que tiverem sua inscrição aceita.

Será garantido o anonimato de autores e do referido comitê no processo de avaliação dos originais.

Na avaliação serão considerados os seguintes critérios: pertinência; adequação ao tema; abordagem; estrutura, coerência e coesão textuais.

PUBLICAÇÃO

A coletânea objeto do presente Edital terá dois organizadores designados pela diretoria da ABEU e será publicada em parceria entre esta Associação e a Editora da Universidade Federal da Bahia (EdUFBA). Os organizadores serão responsáveis pela elaboração da Apresentação da obra, que prevê contar também com um prefácio de um convidado(a) especialista na temática. Os direitos autorais dos textos publicados na coletânea objeto do presente Edital serão cedidos à ABEU para a primeira edição da obra no idioma português com exclusividade, em termos assinados pelo(s) autor(es) e pela Associação. A título de remuneração pelo direito autoral, cada autor receberá três exemplares do livro. Os autores dos textos contemplados serão convocados a cooperar todas as etapas do processo editorial. Além da versão impressa, o livro também estará disponível em acesso aberto no site da ABEU e no Repositório Institucional da UFBA.

CALENDÁRIO, CRONOGRAMA E INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os resultados da seleção serão divulgados na página eletrônica da ABEU. Pedidos de reconsideração, devidamente instruídos, poderão ser analisados se encaminhados por via eletrônica em até 48 horas após a divulgação dos resultados para o endereço abeu@abeu.org.br. Informações adicionais, assim como normas e procedimentos, estarão disponíveis em <http://www.abeu.org.br/farol/abeu/servicos/publicacoes/editais/43>.

Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação dos Originais. Os procedimentos e etapas previstos no presente Edital obedecerão ao seguinte calendário:

- Divulgação do Edital: 11 de maio de 2016;
- Período de inscrição: até 30 de setembro de 2016;
- Avaliação por pareceristas ad hoc: até 01 de dezembro de 2016;
- Resultados/Divulgação: até 12 de dezembro de 2016;
- Lançamento do livro: agosto/setembro de 2017, na comemoração dos 30 anos de criação da ABEU, durante a Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro.

APRESENTAÇÃO

Em 2017, a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) comemora 30 anos.

Preende-se marcar a data, dentre outras iniciativas, com a organização de uma coletânea de textos sobre a edição universitária estruturada em torno de três eixos temáticos: memória histórica, experiências exitosas e prospecção.

NORMAS PARA PARTICIPAÇÃO

Para inscrever originais é necessário que pelo menos um dos autores tenha vínculo com uma instituição de nível superior ou centro de pesquisa, seja como docente, técnico-administrativo ou discente. O(s) autor(es) deverão ter formação de nível superior completo e é desejável que tenham pós-graduação (mínimo de aperfeiçoamento ou especialização). Cada proponente poderá concorrer com apenas um texto.

INSCRIÇÕES

Os interessados devem se inscrever via correio, durante o período de inscrição, conforme calendário constante neste Edital. Para tanto, uma ficha de inscrição deve ser preenchida como prova de adesão ao Edital pelo(s) autor(es), incluindo informações de RG, CPF e

endereço, para elaboração de contrato, no caso de o texto ser selecionado para a coletânea. O original deve ser enviado impresso e em mídia eletrônica, sem identificação, pelos Correios, via Sedex, com aviso de recebimento (AR). Toda a documentação deverá ser enviada até o dia 30.09.2016 para o seguinte endereço:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, Rua Avenida Fagundes Filho, 77, Sala 24, VI - Monte Alegre. CEP: 04304-010 – São Paulo, SP.

Atenção: para efeitos de comprovação de cumprimento do prazo, será considerada a data de postagem.

DO ORIGINAL

- Além de em português, serão aceitos também textos em espanhol;
- Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 15 páginas, impressas em apenas uma face, de formato A4, em fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5;
- O pé de página deve ser utilizado apenas para notas explicativas, endereços, aditamentos ao texto;
- Sistema de citação recomendado: autor-data (NBR 10520/2002);
- Citações literais: além da indicação do autor e ano da publicação, é indispensável indicar a(s) página(s) de onde foram extraídas; evitar que sejam numerosas e extensas;
- Citações traduzidas de língua estrangeira devem ser seguidas da expressão “tradução nossa” entre parênteses; caso a citação seja em língua estrangeira, sua tradução deve vir em nota no pé da página, com igual identificação entre parênteses; evitar que sejam numerosas e extensas;
- A lista de referências bibliográficas deve ser elaborada conforme a NBR 6023/2002;
- Para a numeração dos intertítulos, quando imprescindível, recomenda-se registrá-la até o nível terciário (ex.: 1.1.1.);
- Uso de itálico: a) títulos de livros, revistas, jornais, artigos, crônicas, filmes, obras de arte etc., bastando usar em maiúscula a primeira palavra (ex.: Gabriela cravo e canela; A casa das sete mulheres); b) palavras ou expressões estrangeiras (goal, american way of life).
- Exceção: expressões latinas usadas no texto, segundo autorizam as normas da ABNT (ex.: et al., apud e sic), que devem figurar em redondo. O mesmo se aplica a nomes de entidades (Library of Congress), empresas (Edizione Scientifiche Italiane), países (United Kingdom), pessoas (Claude Lévi-Strauss), eventos (Symposium of Ophthalmology), sites (Google).
- Uso de aspas: preferentemente, apenas para as citações curtas (até três linhas) no corpo do texto, embora possam ser aplicadas em caso de neologismo ou de palavras e expressões que mereçam destaque ou que estejam fora do sentido usual (neste caso, usá-las com parêntese);
- Deve-se evitar o recurso ao negrito no texto;
- Desenhos devem ser apresentados arte-finalizados;
- Fotos, gráficos, gravuras e desenhos devem ser enviados em arquivo no programa original (ex.: JPG, Tiff, Excel), com resolução de 300 dpi; incluir numeração e legenda; indicar o local de inserção no texto; anexar a autorização de veiculação assinada pelo autor; em caso de ilustrações retiradas de outras fontes, o autor deve apresentar a respectiva autorização do uso de imagem (caso o seu texto seja selecionado, após o resultado da seleção objeto deste edital);
- Antes de submeter os originais ao Edital, autor deve proceder à revisão.

CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

A inscrição será confirmada pela ABEU, via correio eletrônico, após recebimento e conferência da íntegra do conteúdo solicitado: a ficha de inscrição, plena e corretamente preenchida; o texto original (sem identificação), contendo resumo. Além disso, todos esses arquivos devem ser enviados também em suporte digital, preferentemente fechados (em PDF ou similar).

CONHECE-TE A TI MESMO

*Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.*

(Antonio Machado, *Campos de Castilla*)

Dedicar-se à produção editorial universitária é construir o caminho diariamente. As peculiaridades próprias e exclusivas desta atividade a torna autodidata, por assim dizer, construtora de suas experiências e sucessos únicos. As técnicas comuns de gestão e criação, de edição e comercialização são apenas etapas do processo de difusão do conhecimento científico pela própria instituição que investe no desenvolvimento deste por meio da pesquisa contínua, sempre curiosa e provocadora. Há outra face muito particular e diferencial, distinta de cada uma, que a torna única.

Estabelecer condições de compartilhamento de informações entre os artífices editoriais deste segmento é uma dever da entidade associativa. Esse conhecimento fortalece aos caminhantes, estimula-os na medida em que lhes permite uma crítica ao próprio andar. Nesta edição da VERBO., o tema ganha destaque a partir da provocação proposta pelo título *Conhece-te a ti mesmo*, alicerçado na matéria especial: o resultado da segunda pesquisa ampliada da ABEU, realizada em 2015, ambas coordenadas pela professora Flávia Goulart Mota Garcia Rosa. Identifica-se, no estudo, um crescimento e a modernização da categoria.

A questão do conhecimento mútuo esteve presente na XXIX Reunião Anual da ABEU, realizada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa/MG. O lema foi “Construção de uma Política Editorial Universitária no Brasil: em busca da unidade”, abordando-se as experiências, as perspectivas e desafios referentes à acessibilidade, aos direitos autorais na contemporaneidade, além da internacionalização e gestão das editoras universitárias. E recebeu ampla cobertura nesta edição, centrada nas manifestações ocorridas durante o evento, importantes por estimularem a reflexão coletiva e a formação de vínculos.

A ABEU compartilha com outras redes associativas a proposta de que o conhecimento e o debate sobre os diferentes fazeres editoriais universitários fortalecem o conjunto para que atue com segurança no competitivo mercado editorial do século XXI. Assim, estabeleceu uma política de cooperação com a Rede de Editoras Universitárias da Argentina, em 2015, e neste ano, trabalha na mesma proposta junto a Associação Portuguesa das Editoras do Ensino Superior e com a mexicana Altexto. Ao mesmo tempo, desenvolve constante atuação nesse sentido junto ao segmento livreiro e ao Governo Federal, em especial aos ministérios da Cultura e das Relações Exteriores.

Prestes a completar 30 anos, em 2017, a Associação Brasileira das Editoras Universitárias acredita que contribuir para que cada associada deixe suas pegadas no solo da cultura acadêmica, é sua missão. Assim, vamos nos conhecer!

Uma boa leitura.

registros **ABEU**

Presença na Bienal do Livro de São Paulo e na Feira Pan-Amazônica do Livro

Foto: arquivo ABEU



Participação em feiras beneficia o público leitor

A Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU estará presente na 24ª Bienal do Livro de São Paulo, que acontece entre 26 de agosto e 04 de setembro, no Pavilhão de Exposições do Anhembi. E marcou presença na XX Feira Pan-Amazônica do Livro, entre os dias 27 de maio e 05 de junho, no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém.

Neste ano, a Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU, estará presente na Bienal do Livro com um estande de 240 m², levando ao público 38 editoras universitárias associadas, das quais cinco

terão espaço personalizado. Elas são as editoras da Unicamp, Unifesp, Mackenzie, da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e da Unesp. Além disso, o Instituto Confúcio, responsável pela promoção da cultura chinesa no Brasil e pertencente à Fundação Editora Unesp, também terá um espaço exclusivo.

Já no estande coletivo da ABEU estarão as demais editoras universitárias que se distribuem por todas as regiões do país, sendo que eventuais promoções e listas de títulos comercializados ficarão a cargo e critério de cada instituição. As associadas do Sul que confirmaram presença na Bienal são a Educus, Edufsm e as editoras UFPR, Argos, Unicentro, Unisinos e UEPG. Das regiões Sudeste e Centro-Oeste irão a Edufes, Educ, Edur, Eduff, Unaspres, além das editoras Metodista, Leopoldianum, UnB, UFGD, UFV, FIOCRUZ e Embrapa. Por fim, o Norte e Nordeste serão representados pelas editoras Massangana, do Museu Paraense Emilio Goeldi, da UFPB, UEFS Editora, Edições UESB, Edufba, Editus, Edunit, Edufrb, Edufpi, Eduneb, Edufal, Edise e Eduepa.

Na Feira Pan-Amazônica do Livro, o maior evento voltado ao livro da região Norte, que atraiu cerca de 400 mil visitantes, a ABEU ocupou um stand de 32 m², levando o que há de melhor nas publicações universitárias do país.

Rui Seabra assume presidência da ABEC de 2016 a 2018

A Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC Brasil – muda de presidência e o Prof. Rui Ferreira Junior, coordenador do Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos (Cevap) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), assume o cargo para o mandato de dois anos, até 2018. A presidência da Associação esteve sob direção do Prof. Sigmar

de Mello Rode de 2012 a 2015. O presidente da ABEU, Prof. Marcelo Di Renzo, esteve presente na cerimônia de posse do novo presidente, realizada no dia 18 de março, na Reitoria da UNESP, em São Paulo. A eleição foi realizada no dia 18 de fevereiro e contou com a participação de mais de 450 associados da ABEC.

Foto: arquivo ABEU



Rui Seabra na ABEC

Oito associadas à ABEU vencem em diferentes categorias do Jabuti 2015.

Foto: arquivo ABEU



Editoras universitárias conquistam o Prêmio Jabuti

Em 2015, 33 publicações de editoras universitárias foram indicadas como finalistas do 57º Prêmio Jabuti. Quando anunciados os vencedores, foram dez títulos de editoras universitárias em nove categorias, sendo que três dessas obras levaram o prêmio de 1º lugar.

Este reconhecimento mostra como as edições universitárias se aprimoram a cada ano, mostrando o valor do conhecimento produzido em nossas instituições de Ensino Superior. Confira a lista dos vencedores associados à ABEU.

Arquitetura, Urbanismo, Artes e Fotografia

2º Lugar – Título: Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil: Volume 01 – Cem Anos de Política Pública No Brasil – Autor: Nabil

Bonduki – Editora: Edições Sesc São Paulo e Editora Unesp

Ciências Humanas

2º Lugar – Título: Políticas Culturais e Povos Indígenas – Autor: Pedro de Niemeyer Cesarino e Manuela Carneiro da Cunha – Editora: Editora Unesp – Selo Cultura Acadêmica

Ciências da Natureza, Meio Ambiente e Matemática

2º Lugar – Título: Agricultura Conservacionista no Brasil – Autor: Luiz Fernando Carvalho Leite, Giovana Alcântara Maciel e Ademir Sérgio Ferreira de Araújo – Editora: Embrapa

Comunicação

2º Lugar – Título: Imagem Contestada – A Guerra do Contestado pela Escrita do Diário da Tarde(1912-1916) – Autor: Karina Janz Woitowicz – Editora: Editora UEPG

Economia, Administração, Negócios, Turismo, Hotelaria e Lazer

1º Lugar – Título: Estranhas Catedrais. As Empreiteiras Brasileiras e a Ditadura Civil-militar. 1964-1988 – Autor: Pedro Henrique Pedreira Campos – Editora: EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense

Projeto Gráfico

1º Lugar – Título: Livro dos Ex-libris – Responsável pelo projeto gráfico: Ana Luisa Escorel/Ouro Sobre Azul – Editora: Imprensa Oficial do Estado e Academia Brasileira de Letras

Reportagem e Documentário

2º Lugar – Título: 1964 Na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart – Autor: Almino Afonso – Editora: Imprensa Oficial do Estado – IMESP e FUNDAP

Teoria/Crítica Literária, Dicionários e Gramáticas

1º Lugar – Título: Do Mito das Musas à Razão das Letras: Textos Seminiais para os Estudos Literários (século VIII A.C. – Século XVIII) – Autor: Roberto Acízelo de Souza – Editora: Argos Editora da Unochapecó

2º Lugar – Título: História da Literatura Universal – Autor: Ana Maria Junqueira Fabrino

– Editora: Editora Intersaberes

Tradução

3º Lugar – Título: O Mundo Como Vontade e Representação, Tomo II – Tradutor(a): Eduardo Ribeiro da Fonseca – Editora: Editora UFPR.

Encontro para discutir políticas editoriais em universidades

A Editora Unesp promoveu o debate “Produção do conhecimento e políticas editoriais em universidades”, dia 16 de junho em sua sede, na Praça da Sé, São Paulo.

O debate pautou as condições atuais das editoras enquanto ambiente geradores de ideias, que detêm o conhecimento do passado, refletem sobre o presente e debatem as perspectivas do futuro. O Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), tendo como base o trabalho realizado pela Fundação Editora da Unesp, reuniu especialistas no tema para o debate de políticas editoriais que incentivem a eficiente produção e disseminação do conhecimento acadêmico.

A exposição e mediação do evento ficou por conta do diretor-presidente da Fundação Editora da Unesp, o Prof. Dr. Jézio Hernani Bomfim Gutierre. Já os debatedores foram a Profª. Marisa Lajolo, doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP e, atualmente, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e o Prof. Jiro Takahashi, mestre em Letras pela USP e editor executivo da Editora Nova Aguilar.

Fiocruz divulga infográfico sobre o processo editorial do livro acadêmico

Através do seu Portal de Periódicos, a Fiocruz disponibilizou no dia 22 de abril o infográfico “Livro acadêmico, um espetáculo: do autor ao leitor”, que apresenta os bastidores do processo pelo qual passam as editoras acadêmicas para publicar grandes obras científicas.

Tendo como base o trabalho da Editora Fiocruz, o infográfico evidencia o processo de produção de um livro acadêmico desde a concepção da obra original pelo autor até a fruição pelo público

leitor. Nele, a editora acadêmica é comparada a uma orquestra, em que diversos atores lideram processos complexos, como executar todas as atividades em sintonia para que o resultado seja apreciado pelo público leitor.

O diagrama serve ao público externo ao mundo editorial, mas que deseja compreender o processo de criação até a publicação do livro acadêmico. Para acessar o infográfico completo, acesse: <http://goo.gl/8Amejz>.

Editus realiza cerimônia de premiação do concurso literário Sosígenes Costa

A Editora da UESC – Editus em parceria com a Academia de Letras de Ilhéus (ALI) promoveu a cerimônia de premiação do Concurso Literário Sosígenes Costa, que ocorreu no dia 03 de junho. O concurso fez parte do I Festival Literário de Ilhéus, que aconteceu no período de 28 a 30 de abril, como ação integradora do projeto “Fazer Literário”.

A obra vencedora foi “Memórias Fósseis”, do baiano de Faria de Santana Wesley Almeida, que recebeu como prêmio a quantia de mil reais, além do troféu Sosígenes Costa de Poesia e contrato de publicação do seu livro de poemas com a Editus.

O premiado da noite também participou do sarau literomusical com artistas e poetas da região. A trilha sonora ficou por conta dos músicos Zezo Maltez, Eloah Monteiro e Cabeça, além da participação especial de Pawlista PDF, do grupo Poesia de Favela. Os poetas Heitor Brasileiro, Geraldo Lavigne, Fabrício Brandão, Catharina Pena e o organizador do Festival Literário, André Rosa, foram os condutores do evento.

Foto: arquivo ABEU



Rita (segunda à direita) investe na comunidade

Curtas

Novos negócios - A demanda dos grupos de educação por conteúdo virtual tem obrigado as editoras de livros didáticos a repensar seu modelo de negócios. Para sobreviver, elas precisam adaptar os livros impressos para conteúdo digital. São cobradas para desenvolver materiais interativos e abastecer dispositivos tecnológicos, até mesmo os recém-chegados ao mercado, como os óculos de realidade virtual. O grupo espanhol Santillana, dono no Brasil da editora Moderna, de materiais didáticos, já fornece títulos complementares ao livro didático. Nesse caminho, a tradicional Editora FTD mudou sua marca e se apresenta desde o ano passado como uma fornecedora de soluções para escolas - a FTD Educação. Além dos livros didáticos, o grupo fornece os chamados sistemas de ensino. (AE - São Paulo, 25/01/2016)

Exposição internacional - Um total de 34 associadas aceitou o convite para participar do circuito internacional de exposição de títulos em parceria com o Ministério das relações Exteriores. Serão seis Centros Culturais nesta primeira experiência, que deve ter início ainda neste segundo semestre de 2016. A ação está inserida na política de desenvolvimento de leitores, para ensino da língua portuguesa, em atuação há 50 anos.



Foto: arquivo ABEU



Localizada no Palácio Pamphilj, a Embaixada do Brasil em Roma sediará a exposição de livros da ABEU

Encontro Internacional de Editoras Acadêmicas 2016

Foto: arquivo ABEU



Encontrar estratégias comuns foi o tema central do EIEA, realizado na Universidade de Coimbra

O presidente Marcelo Di Renzo e o diretor-secretário, Aníbal Alves Bragança, representaram a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) durante o Encontro Internacional de Editoras Acadêmicas – EIEA 2016, que aconteceu em Coimbra, Portugal, nos dias 14 e 15 de abril. Entre outras entidades presentes no Encontro, a comitiva da ABEU foi composta ainda por Alex Niche Teixeira (diretor da Editora UFRGS), Carlos Alberto Gianotti (editor executivo da Editora Unisinos) e Luciano do Nascimento Silva (diretor da Editora da UEPB).

O evento, que foi organizado pela Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC) e coordenado pelo Prof. Delfim Ferreira Leão, teve como mote o questionamento “Verba volant, scripta manent?” (As palavras voam, os escritos ficam?). Alguns dos objetivos do EIEA 2016 foram provocar reflexões sobre como as realidades emergentes relativas à produção, ao suporte material, à disseminação e preservação do conhecimento afetam a atividade das editoras acadêmicas e devem motivá-las a desenvolver estratégias comuns de afirmação.

Na abertura do evento, no dia 14 de abril, o diretor Aníbal Bragança fez sua exposição sobre o tema “Publicar, disseminar, germinar: desafios das editoras universitárias”, na primeira sessão, mediada pelo professor João Manuel N. Torrão, da

Universidade de Aveiro. Na mesma sessão discursaram Victoria Sánchez Costa (Fundación Ramón Dominguez, Espanha), José Antonio Cordón García (Universidad de Salamanca) e Maria Manuel Borges (Universidade de Coimbra).

“Publicação, armazenamento e preservação do conhecimento” foi a sessão realizada no dia 15/04, com moderação de Duarte Azinheira (Imprensa Nacional/Casa da Moeda de Lisboa) e participação de Juan Felipe Córdoba-Restrepo (Presidente da ASEUC, Colômbia), além da presença de Manuel Carmelo Rosa (Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa) e Sayri Karp (Presidente da EULAC, México). A última sessão, no mesmo dia, teve como tema “Publicação acadêmica lusófona: em busca de uma estratégia comum”, moderada por Delfim Leão (Universidade de Coimbra), com as colaborações de Nuno Medeiros (Univ. Nova de Lisboa), João Caetano, presidente da APEES (Portugal) e do presidente da ABEU, Marcelo Di Renzo.

Em sua fala, o presidente da ABEU destacou que a produção editorial no Brasil - universitária ou não - é jovem, considerando que tanto as gráficas, quanto o ensino superior no país, começaram a funcionar após a transferência da família real de Portugal para a colônia, em 1808. “O fator juventude permite-nos entender a diversidade de interpretações sobre o que pode ou deve ser a editora universitária.” Expôs, a seguir, o papel e a atuação da ABEU ao longo de seus 29 anos de existência e atuação.

Em seu encerramento, Di Renzo afirmou: “Entendemos que é hora de incrementarmos os laços e vínculos que nos unem e construirmos uma agenda comum de trabalho que pontue não apenas ações específicas e estudos de interesse, mas agregue valor às associações e que desenvolvem. essa proposta baseia-se numa ideia simples, já expressa aqui neste fórum. Juntos, podemos ir mais longe. e isso é possível pois para além de nossas diferenças, devemos ter em mente que falamos a mesma língua, a língua do livro acadêmico”.

Apresentou, a seguir, a proposta de celebração de um termo de cooperação técnica com a Associação Portuguesa de Editores do Ensino Superior, o que foi acolhido com muita alegria pelo presidente da APEES, João Caetano, que comprometeu-se a tratar do assunto com as demais associadas.

Brasil-Portugal, uma forte aliança editorial

A proposta de cooperação técnica entre a Associação Brasileira das Editoras Universitárias e a Associação Portuguesa de Editoras de Ensino

Superior, visa a estreitar as relações entre as editoras dos dois países. A parceria encontra respaldo na prática de coedição que já forma um catálogo consistente entre os dois países. Alguns exemplos desse relacionamento:

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Patrimônios de influência portuguesa: Novos olhares (2016) e A ideologia aristocrática nos Theognidea (2009). Imprensa da Universidade de Coimbra.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Nero e Nina (2013) e Pyrene (2015). Cátedra Fidelino de Figueiredo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

As Donas da Palavra: Gênero, Justiça e a Invenção da Violência Doméstica em Timor-Leste. Universidade de Lisboa.

UNICAMP

Correspondência, dedicatórias e outros textos (2012). Biblioteca Nacional de Portugal.

Teatro do Sacramento - a unidade teológico-retórico-política dos Sermões de Antonio Vieira. (2016). Imprensa da Universidade de Coimbra (edição português)

Abalos na Torre de Marfim (2016). Universidade do Porto.

FIOCRUZ

Coletânea Segurança do Paciente (2014), volumes 1 e 2. Universidade Nova de Lisboa.

Médicos, Medicina Popular e Inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo (2013). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Análise de Sobrevida (2005), Análise de Sobrevida (2011)

UNISINOS

Diálogos e controvérsias na modernidade pré-crítica. O que os filósofos pensam sobre as mulheres. Maria Luísa Ribeiro Ferreira, professora do Departamento de Filosofia da Universidade de Lisboa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Pensar e construir a universidade no século XXI. (2015). Universidade de Aveiro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Coleção Atlântica. (2016). CHAM-Centro de História d'aquém e d'além-mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores

UNIVERSIDADE DE MONTES CLAROS

Acordo de coedição com o Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA), da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Uma política para a unidade: Viçosa, 2016

Daniela Alves¹

Foto: arquivo ABEU



Bons debates e clima de confraternização marcaram a Reunião Anual, em maio deste ano

Reunião é, ao mesmo tempo, o produto e o motor gerador de um diálogo, de uma conversa, de uma troca. A XXIX Reunião Anual da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), realizada na Universidade Federal de Viçosa, teve esse ímpeto. “Política Editorial Universitária: uma construção em busca da unidade” foi o tema do diálogo e da troca durante os três dias de maio em que se reuniram as editoras afiliadas. O evento marcou os 20 anos de funcionamento da Editora da UFV.

A preocupação com a política editorial das editoras universitárias não é nova, no entanto, a conjuntura atual de crise das instituições públicas, a crescente queda de confiança nas instituições privadas e no mercado nacional, e a crise na economia, resultaram em um conjunto de incertezas quanto ao futuro dessas editoras.

A diversidade de tipos de constituição jurídica e de vínculos institucionais das editoras universitárias públicas e privadas afiliadas à ABEU suscita o questionamento do que temos em comum e do que poderemos vir a construir nesta direção. A unidade pautada na reunião nesse sentido foi principalmente encontrar saídas conjuntas tanto para os desafios de longa data, quanto para aqueles mais prementes e mais urgentes do contexto.

¹ Diretora da Editora da Universidade Federal de Viçosa, MG

Debates

Na conferência de abertura, dia 11 de maio, o presidente da Associação de Editoras Universitárias da Colômbia, Juan Felipe Córdoba-Restrepo, falou sobre “A importância do associativismo para as editoras universitárias”, chamando a atenção para os diversos mecanismos de associativismo impulsionados pelas redes editoriais e pelas redes de pesquisadores. Enfatizou e mostrou alguns portais e plataformas latino-americanos de compartilhamento de publicações, fundamentais para aproximar editoras, autores e leitores dos diversos países do continente.

Foto: arquivo ABEU



Juan defende o associativismo

Na mesa-redonda “Desafios da acessibilidade para o livro”, a professora Maria Cândida Soares Del-Masso, diretora Financeira da ABEU, explicou o projeto “Livro Acessível” do Ministério da Educação e seus desdobramentos em termos da obrigatoriedade das editoras brasileiras em produzir suas obras também de maneira acessível. Integrante de uma comissão que discute essa regulamentação junto ao ministério, a palestrante esclareceu qual tem sido o trabalho conjunto das entidades do livro no sentido de buscar-se uma solução de equilíbrio. O tema suscitou amplo debate junto à plateia.

Foto: arquivo ABEU



Maria Cândida explica o Projeto Livro Acessível

Na mesa de estudos de caso, foram apresentadas as experiências da Editus e da Editora UFV voltadas para a comunicação e eventos literários. Foram relatadas, por parte das palestrantes Rita Virginia Argollo (Editus) e Licyara Mouro Caçador (Editora UFV), várias maneiras de associar a marca

da editora a eventos comunitários nacionais e internacionais, feiras literárias, doações, projetos sociais, quiosques de leitura, entre outros, de modo agregar valor institucional. Rita Argollo destacou que boa parte dos projetos pode ser conduzido com poucos recursos financeiros e muita criatividade. Licyara Caçador enfatizou a parceria com instituições nacionais e internacionais a partir da política de doações.

Foto: arquivo ABEU



A importância dos eventos, segundo Rita

No dia 12 de maio, segundo dia de encontro, o diretor-presidente da Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV), fundação que dá apoio à Editora UFV, Edgard Francisco Alves, apresentou palestra intitulada “Gestão de Editoras Universitárias”, na qual enfatizou o papel relevante das fundações para dar apoio às gestões financeira, fiscal e contábil nas atividades comerciais das editoras, através de relação segura, ágil e transparente de parceria.

Participando da mesa-redonda “Internacionalização das Editoras Universitárias”, Juan Filipe Córdoba-Restrepo abordou o perfil da produção editorial da América Latina e das ferramentas para tornar visível o livro no âmbito internacional, destacando os catálogos e as feiras internacionais. O gerente de relações internacionais da Câmara Brasileira do Livro, Luiz Álvaro Salles Aguiar de Menezes, por sua vez, enfatizou o papel da “Brazilian Publishers”, organização que apoia e estimula a internacionalização do mercado editorial brasileiro, por meio da

Foto: arquivo ABEU



Em debate, a internacionalização editorial

participação em feiras internacionais e da difusão dos autores e da cultura brasileira.

Segundo Menezes, uma das grandes parceiras nessa empreitada é a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A seguir, o diplomata Fábio Coelho, secretário do Departamento Cultural do Ministério de Relações Exteriores, chamou a atenção para o papel da cultura como ferramenta para o diálogo internacional. O palestrante destacou que o MRE entende o livro, especialmente de literatura brasileira, como um produto cultural de exportação, e, também, ressaltou quais têm sido as medidas para estimular a internacionalização do livro brasileiro nos diversos continentes.

No terceiro e último dia do evento, dia 13 de maio, na mesa-redonda “Direitos Autorais na Contemporaneidade: visões sobre a questão”, o professor Sérgio Staut, da Universidade Federal do Paraná, tratou da questão dos direitos autorais e patrimoniais pelo viés jurídico, enfatizando a cessão de direitos autorais e a diferença entre plágio e pirataria. Também destacou a responsabilidade solidária das editoras com o conteúdo de suas obras. Representante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Bianca Amaro tratou sobre a evolução do acesso aberto à informação científica no Brasil e sua relação com direitos autorais, apresentando dados recentes sobre o compartilhamento de conteúdo de revistas científicas, teses e dissertações em repositórios institucionais de acesso livre. Bianca também apresentou o diretório Diadorim do IBICT, Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras. A presidente da Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, Daniela Manole, destacou os desafios da remuneração e da preservação de direitos em um contexto de economia criativa. Em seguida, comentou sobre o tema do licenciamento coletivo de obra e o papel da Associação Brasileira de Licenciamento Coletivo (ABRALC) neste processo.

Foto: arquivo ABEU



Daniela destaca a preservação dos direitos

Assembleia

No segundo dia de atividades, ainda foram realizadas as assembleias regionais e a assembleia geral da ABEU, momento extremamente importante para o reforço dos laços políticos entre os associados. A diretoria apresentou a prestação de contas referente ao período 2015/2016, bem como o balanço fiscal.

Em votação, foi aprovado o anfitrião da trigésima reunião, em 2017: o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). Também na reunião foi eleita nova diretora de eventos da ABEU, Elisama Fabíola Pereira da Silva, da Editora Mackenzie. Na Regional Sul, o diretor eleito foi Alex Niche Teixeira.

O ponto alto da assembleia foi a votação da Carta de Viçosa (ver página 13), em que a ABEU pleiteia a ampliação do debate público sobre os entraves legais das editoras universitárias à sua sustentabilidade; a participação de fóruns de reitores, procuradores e contadores das instituições superiores de ensino na busca conjunta de soluções; e o compromisso de inclusão desse tema na agenda prioritária do governo, especialmente dos órgãos de controle.

Foto: arquivo ABEU



Associados prestigiaram a Reunião Anual

Além das conferências e mesas-redondas, muita conversa rolou nos dias de realização da reunião. Um café de negócios, no primeiro dia de evento, aproximou pessoas, ideias e propostas, além das muitas outras oportunidades de convívio nos cafés e auditórios. O jantar de confraternização, valorizando a tradição gastronômica mineira, foi um momento especial, que evidenciou o sentimento de unidade dos dirigentes editoriais. A XXIX Reunião da ABEU mostrou a que veio: conectar as redes humanas, tecnológicas e políticas em busca da unidade e da força conjunta para enfrentar os desafios, que são de todos.

CARTA DE VIÇOSA

Reunidos em Viçosa para sua XXIX Reunião Anual, os membros da ABEU referendam o seguinte documento, que destaca demandas urgente das editoras universitárias:

Considerando o conjunto da produção editorial universitária brasileira, essencial à ciência, à educação, ao desenvolvimento e à cultura do país, as exigências contemporâneas e justas de sustentabilidade na cadeia produtiva, e de acessibilidade para todos os públicos, exigências sociais que as editoras estão empenhadas e comprometidas em atender;

Considerando a necessidade de transparência nos processos de utilização de recursos públicos, no caso das editoras que os utilizam, e de condutas adequadas e eficientes por todas as editoras, e considerando todas as dificuldades - jurídicas e mercadológicas - que historicamente afetam a nossa atividade, comprometendo ainda todos os esforços de internacionalização da produção acadêmica, a ABEU pleiteia:

- a ampliação do debate público sobre os entraves legais a que está sujeito o conjunto das editoras universitárias, que dificultam e até inviabilizam a sustentabilidade desse segmento, e o cumprimento da missão para a qual foram criadas no âmbito das instituições acadêmicas;

- a participação de fóruns de reitores, procuradores e contadores das instituições superiores de ensino na busca conjunta de soluções;

- o compromisso de inclusão desse tema na agenda de prioridades pelos diferentes setores em âmbito governamental e, em especial, pelos órgãos de controle - Ministério Público, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e Tribunais de Contas estaduais.

Viçosa, 13 de maio de 2016.

Assembléia discute o Relatório Anual de Atividades da Diretoria

AÇÕES POLÍTICAS

Diálogo permanente com os órgãos dirigentes de políticas públicas para o livro e a leitura.

Diálogo e reuniões com o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores.

Diálogo permanente com as entidades nacionais do livro: CBL, ANL, ABDL, LIBRE, SNEL, ABRELIVROS, com reuniões periódicas e propostas comuns ao setor livreiro.

Interação constante com EULAC (Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe), ASEUC (Colombia), REUN/REUP (Argentina) e RED AL-TEXTO (México), bem como com as iniciativas de Equador e Costa Rica.

Encontro Brasil-Argentina de Editores Universitários, durante a Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, em setembro de 2015, com assinatura de Termo de cooperação técnica com a REUN/Argentina.

Participação no Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) no período de 2015 a 2017.

Participação da Audiência Pública sobre o PLS 2015 da Senadora Fátima Bezerra e reuniões com a parlamentar, junto com CBL, SNEL, Libre, PNLL e outras, com a presença da diretora da região Centro-Oeste, Selma Lúcia Lira Beltrão.

Atuação no Grupo de Trabalho do Prêmio Nobel do MinC.

Participação da diretora financeira, Maria Candida Soares Del Masso, no grupo de estudo composto pela ABEU, ABRELIVROS, CBL e SNEL, para apresentar um Termo de Ajuste de Conduta ao Ministério Público sobre a questão das adequações ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Participação no Grupo de Trabalho de Feiras Literárias Internacionais do MRE e MinC, por intermédio da Presidência.

Participação no Encontro Internacional de Editoras Acadêmicas, na Universidade de Coimbra, em abril de 2016.

Proposta negociada de Termo de Cooperação Técnica com a APEES/Portugal, 2016.

Proposta negociada de Termo de Cooperação com a Red Al Texto/México, no âmbito do Programa Bilateral de Cultura e Educação Brasil-México.

Presença na Entrega do Prêmio Vivaleitura 2016, representada pela diretora da região Centro-Oeste.

AÇÕES ASSOCIATIVAS

Publicação da Revista Verbo nº 11

Entrega do Prêmio ABEU, em novembro de 2015, visando a distinguias melhores edições universitárias no âmbito das ciências humanas e das tecnociências, bem como o projeto gráfico mais acurado.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Reestruturação do portal da ABEU, com alteração de layout e de funcionalidades, agora em plataforma mobile, o que propicia boa leitura em todos os dispositivos.

Assessoria de imprensa, com maior visibilidade à ABEU e às editoras associadas, com inovações na comunicação.

Informativo semanal ABEU em Rede mais dinâmico, com seções variadas, a fim de levar informação, formação e cultura aos leitores.

FEIRAS E EVENTOS

2015

XIX Feira Pan-Amazônica do Livro, entre 29 de maio e 07 de junho, na cidade de Belém (PA).

XIV Congresso Internacional da ABRALIC, de 29 de junho a 03 de julho, em Belém (PA).

XVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, de 27 a 31 de julho, em Florianópolis (SC).

5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, de 29 a 31 de julho, em Belo Horizonte (MG).

XVII Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, 03 a 13 de setembro.

IX ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, de 11 a 14 de agosto, em Salvador (BA), por convite da EDUFBA.

37ª Reunião Nacional da ANPEd, de 04 a 08 de outubro, em Florianópolis (SC).

XIII Feira Universitária do Livro de Curitiba, de 29 de setembro a 02 de outubro.

2016

II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação, promovido pela UNESCO, de 18 a 20 de maio, em Criciúma (SC).

XX Feira Pan-Amazônica do Livro, de 27 de maio a 05 de junho, em Belém (PA).

24ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, de 26 de agosto a 04 de setembro.

Previstas: Exposições nos Centros Culturais do Brasil nas embaixadas brasileiras em Assunção, Nicarágua, Moçambique, Angola, Tel Aviv e Roma.

AÇÕES DAS REGIONAIS

Nordeste

Realização do Encontro da ABEU Nordeste, em agosto de 2015, em Ilhéus, sediada pela Editus.

Curso do ABEU Técnico.

Realização do Encontro ABEU Nordeste, em março de 2016, em Aracaju, sediada pela Edunit.

Centro-Oeste

Encontro da ABEU Centro-Oeste, em agosto/2015, na Embrapa em Brasília.

Encontro da ABEU Centro-Oeste em abril/2016 na PUC Goiás em Goiânia, com realização de oficinas sobre: 'Produção e comercialização de livros digitais, formato ePub', 'Gestão e liderança de equipes no trabalho', e 'Experiência com venda direta de publicações (sem intermediação de fundação, com emissão de nota fiscal e uso de cartão débito/crédito).

Sul

Realização do Encontro da ABEU Sul, em novembro de 2015, em Porto Alegre (RS).



Reunião Anual da ABEU 2015

Foto: arquivo ABEU



Diretoria eleita para a gestão 2015-2017 durante a Assembleia realizada em Santa Maria

Os laços de cooperação e desenvolvimento conjunto das associadas foram reforçados durante a Reunião Anual da ABEU, cidade gaúcha de Santa Maria, organizada pela Editora da UFSM. Foi um momento marcante para a troca de experiências entre as editoras universitárias. Um dos pontos altos do encontro foi a inédita mesa-redonda com a participação dos presidentes das principais entidades do setor livreiro brasileiro: Câmara Brasileira do Livro(CBL), Associação Nacional de Livrarias (ANL), Associação Brasileira de Distribuidores de Livros(ABDL) e a Liga Independente de Editores (Libre).

A reunião sediou ainda a assembleia de eleição da nova diretoria para o biênio 2015-2017. De acordo com o Regimento, o mandato teve início tão logo conhecido o resultado por aclamação, que elegeu o professor e jornalista Marcelo Di Renzo para o cargo de presidente da entidade .

Uma lei para as Editoras Universitárias

Em novembro de 2015, a diretoria da ABEU encaminhou à senadora Fátima Bezerra (PT-RN), a minuta atualizada de Projeto de Lei, cujo objetivo é garantir a profissionalização plena do braço editorial acadêmico de todas de todas as universidades brasileiras. Trata-se de uma reivindicação para a qual a Associação tem se empenhado há várias gestões. O assunto está sendo acompanhado sistematicamente e em 2016, foram realizadas duas reuniões com a assessoria técnica da senadora. Abaixo, a minuta do Projeto de Lei:

MINUTA DOS OBJETIVOS REIVINDICADOS

O presente projeto busca a profissionalização plena do braço editorial acadêmico de todas de todas as universidades brasileiras. Justifica-se pela importância estratégica editorial universitária, internacionalmente comprovada, para a divulgação qualificada das pesquisas realizadas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão acadêmicas.

Para que esse objetivo seja atingido, é fundamental que as editoras universitárias sejam requalificadas e reestruturadas em bases adequadas na estrutura organizacional das universidades as quais pertencem. Isso significa em termos gerais e comuns ao conjunto das editoras e universidades:

1. Mandatos e situações funcionais adequadas para os diretores e responsáveis técnicos das editoras. Essas funções não devem obedecer necessariamente à rotatividade periódica dos cargos dirigentes das universidades que obedecem a outras ordens de razões, mas devem se adequar às necessidades de longevidade funcional que requer a atividade editorial profissional. O que deve reger o exercício do comando da atividade editorial acadêmica é a produtividade dos editoriais e suas equipes, que devem qualificar essa longevidade de maneira objetiva em forma de resultados e cumprimentos de metas;
2. Profissionalização do pessoal técnico das editoras, por meio da criação de cargos específicos (editor, programador visual, designer gráfico, editor de texto, livreiro) na carreira do serviço público estadual e federal.
3. Que cada Universidade adote organogramas e

cronogramas que respeitem a natureza e objetivos de cada programa editorial adotado pelas universidades e lhe forneçam condições administrativas e financeiras de realizar seus programas;

4. Que cada editora legitimamente constituída em uma universidade ou instituto de pesquisa receba recursos estabelecidos anualmente no orçamento dessas instituições na ordem mínima de 0,25% do orçamento geral;
5. Que haja um fluxo de financiamento adequado e permanente para manutenção do projeto de publicações e distribuição baseado em plano editorial e de negócios que preservem a essência do fazer acadêmico e prestem serviços de disseminação do conhecimento de qualidade à sociedade;
6. Que a produção e comercialização das publicações das editoras universitárias filiadas e identificadas com o selo da ABEU sejam reconhecidas como atividades lícitas, compatíveis e de relação direta com as suas atividades fins, possibilitando desse modo que as mesmas estejam capacitadas para registro comercial e emissão de documentação comercial;
7. Que as editoras filiadas às instituições de ensino de caráter filantrópico e comunitário sejam acolhidas sob o manto da imunidade prevista na Constituição Federal, art.150, inciso VI, alínea c.
8. Para o devido zelo pelo cumprimento desses objetivos, reconhecer a Associação Brasileira das Editoras Universitárias, ou outra entidade que a suceder legal e legitimamente no futuro caso esta venha a se extinguir estatutariamente, como representante oficial das editoras universitárias brasileiras junto ao MEC e demais órgãos governamentais do poder executivo federal.

Este Projeto de Lei contempla o fomento à produção editorial universitária e à maior capilarização da oferta de livros técnico-científicos em território nacional, fortalecendo ainda em termos nacionais e internacionais, a pesquisa científica brasileira.

Diante dessa exposição de motivos, contamos com os nobres parlamentares para aprovação do Projeto de Lei.

PESQUISA ABEU 2015: AVANÇOS E CONQUISTAS

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa¹

Foto: Shutterstock



Em 2012, a Associação Brasileira das Editoras Universitária (ABEU) realizou pela primeira vez uma pesquisa abrangente, com o objetivo de conhecer melhor as suas associadas e levantar dados pertinentes a esse conjunto de editoras. A participação da diretoria da ABEU, em particular o seu presidente, em vários eventos da área, possibilitou a divulgação dos dados levantados contribuindo, inclusive para uma maior visibilidade da Associação. Após dois anos, sentiu-se a necessidade de atualização dos dados, bem como verificação de alguns dados novos que não foram contemplados no levantamento de 2012. Foi realizado um pré-teste no período de 24 a 31 de março e coleta de dados ocorreu de 6 a 30 de abril e uma segunda etapa de 1 a 25 de junho o que possibilitou que das 118 editoras associadas, 95 delas participassem da pesquisa. O sistema utilizado foi o Survey Monkey – software e ferramenta de pesquisa on-line – contendo perguntas fechadas e múltipla escolha. O objetivo, além de atualização dos dados, é termos um panorama real da edição universitária e seus respectivos cenários.

A estrutura do instrumento de coleta contemplou quatro eixos:

- Sobre a Editora (questões de 1 a 17);
- Sobre a Política editorial (questões de 18 – 30);
- Sobre as Questões administrativas financeiras (questões de 31- 41);
- Sobre a Comercialização (questões de 42 – 53).

¹ Flavia Goulart Mota Garcia Rosa é diretora da Editora da Universidade Federal da Bahia e diretora de Comunicações da ABEU

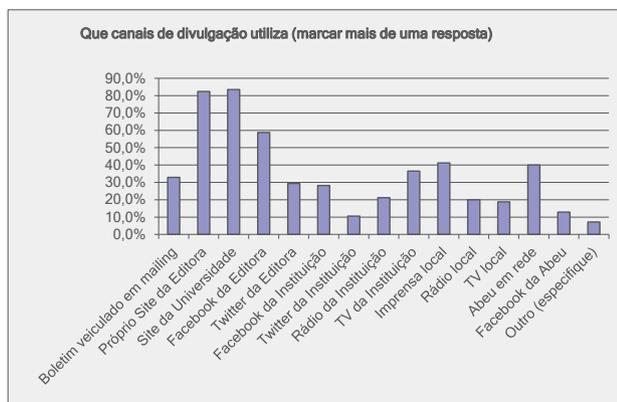
Quadro 1 - Sobre a Editora

	SIM	NÃO
Estatuto	74%	26%
Conselho editorial	95%	5%
Conselho deliberativo	28%	72%
Diretor como presidente do Conselho Editorial	62%	38%
Autonomia Editora/ Conselho para decisão editorial	96%	4%
Assessoria de comunicação própria	32%	68%

No Quadro 1, apresenta-se um resumo dos dados sobre as editoras. Destaca-se que quase 100% delas possuem Conselho editorial, prevalecendo o que é um diferencial das editoras universitárias que é o sistema de avaliação de originais e 45,9% (39 editoras) são órgãos suplementares das instituições de ensino superior as quais estão vinculadas. A conquista da autonomia da editora nas decisões editoriais juntamente com o seu Conselho é um fato que pode ser evidenciado nos resultados obtidos (96%), complementado, 85,7% possuem uma política editorial formal e documentada e 77,9% publica com recursos próprios.

Embora, o número de editoras que possuem assessoria de comunicação própria ainda esteja aquém do desejado, o uso de vários mecanismos de divulgação é uma realidade, incluindo as redes sociais, facebook da própria editora com a adesão de 58,8% (Gráfico 1) e 30,6% fazem atualizações diárias através dos veículos que estão ligados diretamente a editora, enquanto 36,5% o fazem semanalmente.

Gráfico 1 - Que canais de divulgação



No que diz respeito ao quadro de funcionários, 95,3% afirmam que os funcionários fazem parte da própria instituição, 56,5% utilizam os serviços de terceirizados e 55,3% possuem estagiários.

No caso dos estagiários, destacamos que muitas editoras adotam programas de estágio direcionados para os alunos da própria instituição, capacitando-os, na prática, para a atuação no mercado de trabalho. Atualmente, 60% dos funcionários das editoras possuem nível superior e 65,9% das associadas afirmam que investem em cursos de capacitação para o seu quadro funcional. Além da capacitação, há uma preocupação de 71,8% das editoras em possuírem um espaço físico adequado ao bem-estar e a execução das funções dos funcionários.

O Quadro 2 apresenta dados relativos ao orçamento das editoras, embora a dotação orçamentária através da instituição ainda seja representativa, as vendas e recursos via projetos específicos têm uma participação significativas.

Quadro 2 - Origem de recursos do orçamento anual estimado da Editora

dotação da instituição	84,7%	72
resultados de vendas	74,1%	63
projetos específicos	42,4%	36
outros (especifique)	25,9%	22

Dados voltados para questões editoriais estão resumidos no Quadro 3. Há, de fato, uma prática usual de coedições, sobretudo entre as editoras universitárias, o que amplia a circulação do resultado de pesquisas publicadas em forma de livro. Há um crescimento no número de editoras que fazem tradução e a faixa no que diz respeito ao número de títulos/ano ampliou em relação à pesquisa de 2012 quando a prevalência era na primeira faixa (até dez títulos) e os novos dados mostram a faixa entre 10-19 títulos com uma concentração de 29,8%, e a média da tiragem entre 500 e 100 exemplares em 48,8%. Apenas 10,7% publicam mais de 60 títulos/ano.

Quadro 3 - Questões editoriais

Possuem política editorial estabelecida	85,7%
Realiza coedições	86,9%
Realiza traduções	55%
Linha editorial estabelecida em torno de coleções e publicações avulsas	70,2%
Número de títulos/ano	29,8% (Entre 10 – 19 títulos)
	10,7% (Mais de 60 títulos)

Algumas questões tiveram como foco o livro digital e a política de acesso aberto. Os dados estão dispostos no Quadro 4 e há de fato números novos dando conta justamente da adoção de política tanto para o

livro digital como para o acesso aberto, além do dado de livros publicados nesse formato alcançando 42,9% editoras na faixa de um a nove títulos publicados e 7,1% entre 10 - 19 títulos. O formato que prevalece é o pdf em 45,2% enquanto 22,6% utilizam os formatos pdf e ePub, ou seja o livro está disponível nos dois formatos. A disponibilização ocorre no site da própria editora em 57,1% das associadas.

Quadro 4 - Sobre livro digital

Política estabelecida para publicação em acesso aberto	35,7%
Política estabelecida para publicação em formato digital (e-book)	39,3%
Publicados simultaneamente em formato impresso e formato digital	15,5%
Número de títulos publicados em formato digital em 2014	34,5% (Nenhum)
	42,9% (Entre 1-9)

No que diz respeito às questões administrativas-financeiras, o principal entrave ainda é a indefinição de legitimação das editoras, e reflete sobretudo no problema de emissão e nota fiscal em função das editoras universitárias na sua grande maioria não possuem um CNPJ próprio. Os modelos administrativos-financeiros variam de instituição para instituição e depende ainda da legislação de cada Estado e pareceres emitidos pelas procuradorias jurídicas. A ausência da nota fiscal tem refletido para 35,9% das editoras, na recusa das livrarias do circuito comercial para comercializar os seus títulos; a insatisfação de clientes é apontada por 23,1% e recuso do distribuidor 19%. Apenas 23,1% possuem nota fiscal.

Quanto ao pagamento de direito autoral, 66,7% informam que pagam em exemplares e 29,5% tanto em exemplares como em moeda e em 60,8% o contrato de direito autoral é efetuado através da procuradoria jurídica da instituição.

O bloco final de perguntas se refere à comercialização. Constatou-se que 40,3% não possuem livraria e 42,9% possuem. Das que possuem livraria 33,3% informam que o que arrecadam das vendas nas livrarias são revertidos para editora e 182% afirmam que os recursos retornam para a instituição. Em muitas universidades existem livrarias comerciais instaladas nos campi, confirmou-se que 41,6% das instituições elas estão presentes. Os principais problemas enfrentados pelas editoras universitárias na comercialização, estão apresentados no Quadro 5. Quanto a distribuição 53,2% afirmaram aderir ao Programa Interuniversitário para

Distribuição do Livro (PIDL) vinculado a ABEU e 33,86% utilizam serviços de um distribuidor; a grande maioria 86,9% possui estoque próprio.

Quadro 5 - Principais problemas de comercialização

Ausência de nota fiscal para venda dos livros	41,6%	32
Falta de divulgação do acervo privadas de um modo geral	39,0%	30
cadeias de livrarias privadas	32,5%	25
Outros motivos	39,0%	30
	24,7%	19

Uma tendência que prevaleceu nos anos 1960 que era a existência de gráfica atrelada a editora universitária vem caindo a cada ano: 72,7% confirmaram não possuir gráfica.

Os dados apresentados demonstram que de fato há um crescimento e consolidação das editoras universitárias embora os entraves relativos a comercialização, resultantes, sobretudo, da ausência de nota fiscal vêm se agravando e urge por uma solução. Aos poucos a adesão ao livro eletrônico vai acontecendo e concretamente, há uma parceria da ABEU com o Scielo livros. Hoje nove editoras fazem parte desse projeto que é outra possibilidade para adesão ao acesso aberto e ao livro eletrônico. Por fim, percebe-se que a autonomia das editoras vem se ampliando e no que diz respeito aos recursos, o que ocorre é uma busca pela manutenção das editoras graças a alternativas de recursos como: projetos e o retorno da comercialização da sua própria produção. A avaliação e atuação do Conselho editorial são quase uma unanimidade.

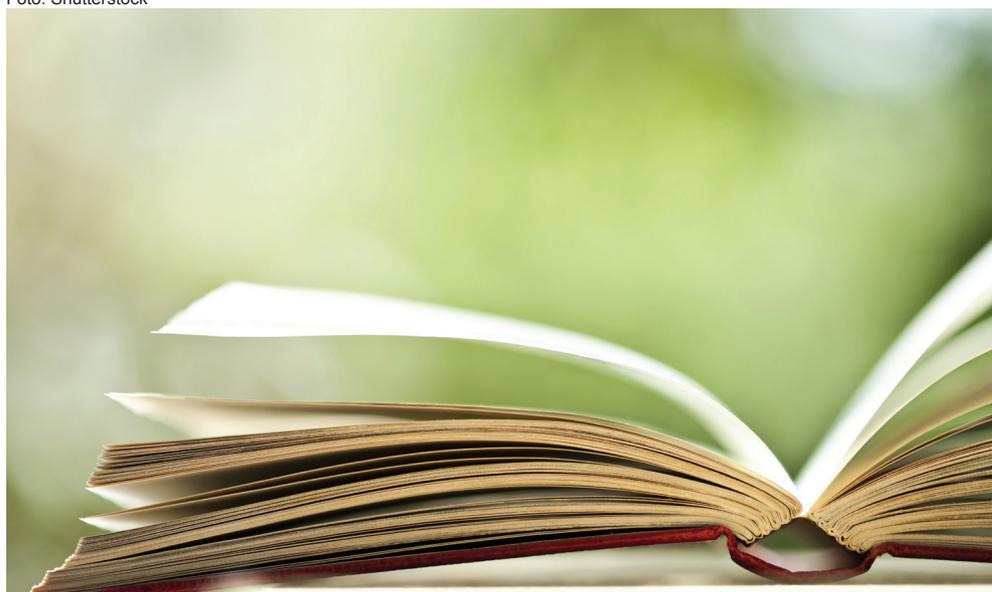
A vida associativa é uma realidade para as editoras associadas e a única possibilidade, na maioria das vezes de ser representada em eventos nacionais e internacionais. Assim, a ABEU vem cumprindo com o seu papel de acompanhar, representar e buscar a legitimação das editoras universitárias brasileiras!



É preciso redimir o Brasil pela leitura

Luís Antonio Torelli¹

Foto: Shutterstock



Acabam de ser divulgadas duas pesquisas essenciais para entendermos e atendermos melhor ao desafio de democratizar o livro no Brasil. A primeira é Produção e Vendas do Setor Editorial, ano base de 2015, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), para a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). A outra é a quarta edição de Retratos da Leitura no Brasil, promovida pelo Instituto Pró-Livro, com o patrocínio das duas entidades e da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros).

No contexto da meta de ampliar a base de eleitores no Brasil, é importante enfatizar dois aspectos das duas pesquisas que convergem para o imenso potencial existente no País no sentido de se cumprir o prioritário objetivo. O trabalho da FIPE demonstrou que o setor editorial brasileiro vendeu 389 milhões de exemplares em 2015. Considerado apenas o recorte relativo ao mercado, excluindo-se as compras governamentais, foram vendidos 254 milhões de exemplares.

É preciso ressaltar que os livros vendidos não expressam os índices de leitura, pois o mesmo exemplar pode ser lido por mais de uma pessoa. Nesse aspecto, é mais importante recorrermos ao que nos mostra a pesquisa Retratos da Leitura, considerando como leitor os indivíduos maiores de cinco anos que leram, inteiro ou em

¹ Luís Antonio Torelli é o presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL).

partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Estes, segundo o estudo, eram 56% do universo de leitores em potencial em 2015.

O que os dados das pesquisas da FIPE e do Instituto Pró-Livro nos mostram com clareza é que precisamos trabalhar muito para que os brasileiros possam comprar mais livros e para que mais brasileiros leiam! Obviamente, o êxito nessa luta depende de numerosas políticas públicas ligadas à educação, à inclusão socioeconômica e à retomada do crescimento do PIB.

Estamos atentos, no âmbito da nova realidade da política nacional, ao andamento de programas como os de aquisição de livros didáticos, literatura e obras gerais para alunos e bibliotecas de escolas públicas, bem como o Vale Cultura. É preciso ampliar o foco na defesa de políticas públicas que promovam a inclusão por meio do conhecimento! Para atender a essa expressiva demanda em potencial, temos no Brasil uma das mais criativas, pluralistas, diversifica-

das e abrangentes produções editoriais do mundo.

A CBL testemunha isso a cada ano, no Prêmio Jabuti, que este ano chega à 58ª edição. Nas numerosas inscrições que recebemos, observa-se que o País é uma inesgotável fonte de escritores talentosos e de profissionais, de distintos campos de atuação, que compartilham o conhecimento de suas pesquisas e carreiras com milhares de pessoas, por meio da democrática mídia que é o livro. Autores consagrados e novos escritores, estimulados pelo prestígio e credibilidade do Jabuti, participam anualmente do prêmio, que é um grande retrato do universo editorial do País.

O público responde positivamente ao ímpeto criativo de nossos autores, sinalizando ser muito viável multiplicar o número de leitores no Brasil. Independentemente da obrigação inerente ao Poder Público, é preciso que o mercado, cada vez mais e como se tem observado, faça sua parte para que o Brasil seja redimido pela leitura!

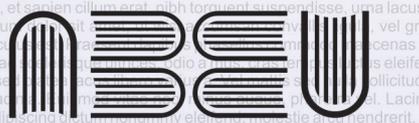
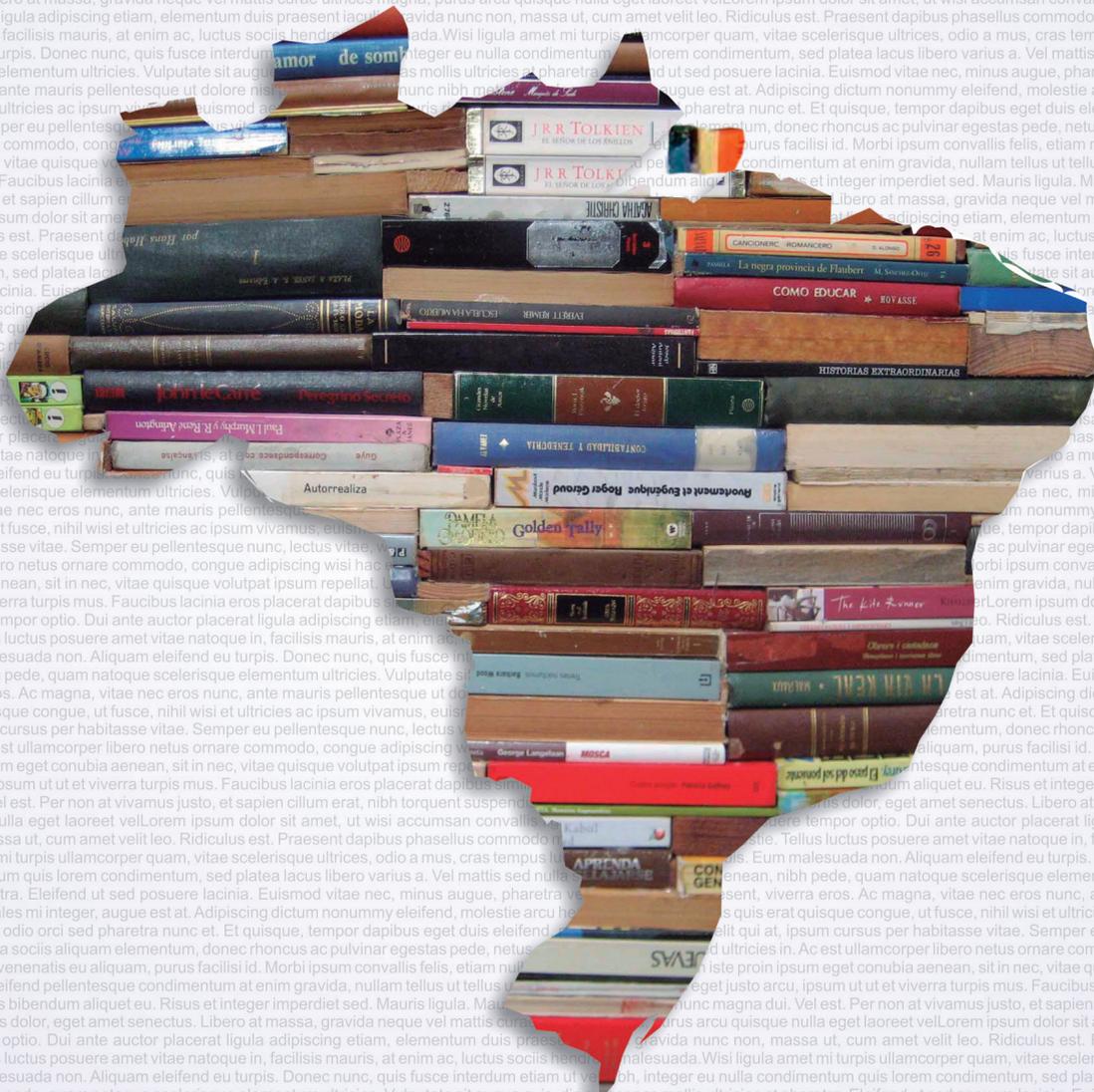


Foto: Shutterstock



ABEU

O Brasil todo está aqui.



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

30 ANOS
1987 - 2017

Revista **verbo.**



**A voz das
Editoras Universitárias**

Disponível em
www.abeu.org.br


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

A emergência da Ciência Aberta

Maria Manuel Borges¹

Vivemos um momento de reconfiguração de práticas e modalidades, desafiado por essa força que é a tecnologia digital, a qual conforma um novo universo, o da cibercultura. A permeabilidade da ciência a este novo meio está bem patente quer no termo que Michael Nentwich usa para a caracterizar, ciberciência, quer noutros mais próximos de alguns dos seus canais, como ‘blogadémia’, entre uma panóplia de outras expressões e plataformas que constituem as ruas e as avenidas pelas quais circula a ciência hoje.

A disseminação da ciência dependeu sempre da tecnologia de registo que tende a alterar as práticas instituídas, adaptando-as ou reconfigurando-as. É por essa razão que estamos a revolucionar a ciência, uma revolução ainda em fase inicial cuja alavanca é a Internet (NIELSEN, 2012) e que a ancora no ciberespaço (NENTWICH, 2003).

O uso da informação científica está dependente da modalidade da sua proteção, a qual, mais ou menos restritiva, o condiciona. Por essa razão, o Acesso Aberto à informação científica, que assenta na Internet, explicita no seu manifesto fundador, a Declaração de Budapeste («Budapest Open Access Initiative», BOAI, 2002), que visa

desfazer as barreiras que impedem o acesso a esta literatura (...) [para] acelerar a pesquisa, fortalecer a educação e difundir o conhecimento de maneira geral, tirando dela seu máximo proveito e assentando as bases para a união da humanidade em uma ampla e inédita conversação intelectual comum em sua marcha pelo conhecimento.

Esclarece, além disso, o que entende por “Acesso Aberto”, assinalando as únicas restrições razoáveis:

As únicas restrições de reprodução ou distribuição, e o único papel para o copyright neste domínio, deveria ser dar aos autores controlo sobre a integridade do seu trabalho e direito de ser devidamente reconhecido e citado. (BOAI, 2002)

¹ Maria Manuel Borges é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A sua área de investigação principal situa-se no domínio da Comunicação da Ciência, com um enfoque particular na Ciência Aberta ou Ciberciência, e as suas implicações nas formas de produção, acesso, disseminação e avaliação da informação científica. Publica com regularidade em Portugal e no estrangeiro. Faz parte do corpo editorial e de árbitros de revistas científicas e de comissões científicas de conferências, tanto nacionais como internacionais. Tem colaborado como investigadora ou consultora científica em projetos de investigação em Portugal e no estrangeiro e é Editora Associada do Directory of Open Access Journals (DOAJ). Preside ao Grupo Ibérico do EDICIC (Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y El Caribe) desde 2010. É Subdiretora do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, Coordenadora da Secção de Informação, Diretora do Mestrado e Doutoramento em Ciência da Informação e Diretora dos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. mmb@fl.uc.pt

Facilitar o acesso ao trabalho de investigação, o que inclui os resultados publicados e os dados que lhes deram origem, não apenas difunde e estimula a criação de conhecimento, como também permite potenciar o impacto de citação, fundamental para um investigador: a doação do trabalho está intrinsecamente ligada ao processo de reconhecimento dos pares que se traduz em ‘acumulação de créditos’, uma moeda de troca essencial para a prossecução da carreira e para a obtenção de financiamento para investigação. A expressão máxima desse reconhecimento, a eponímia, “permite aos cientistas deixar a sua assinatura de um modo indelével na história” (MERTON, 1957, 64).

Ao congregar todos os ‘outputs’ da investigação e não apenas os resultados publicados, o processo de partilha progride para outras dimensões. A ‘Ciência Aberta’ é um termo guarda-chuva que designa o que são perspectivas, nem sempre coincidentes, acerca do futuro da criação e disseminação do conhecimento. Sönke Bartling e Sascha Friesike (2014) identificam cinco visões ou escolas de pensamento que se enquadram no seu âmbito: a infra-estrutural, concentrada na arquitetura do sistema, a pública, preocupada com as questões da acessibilidade ao conhecimento, a métrica, centrada nas métricas complementares ao impacto das publicações, a democrática, cujo cerne é o acesso igualitário ao conhecimento, e a pragmática, cuja tônica é a pesquisa colaborativa de modo a aumentar a eficiência do sistema. Destas visões, que representam, cada uma delas, linhas fortes de políticas e interesses que se entrecruzam, se reconfiguram os modos de fazer e disseminar a ciência.

Os obstáculos a um acesso igualitário à informação científica agudizaram-se com a chamada ‘crise dos periódicos’. Esta crise, provocada por um aglomerado de fatores entre os quais se conta uma enorme pressão para publicação, veio a revelar profundas anomalias que as sucessivas fusões do mercado editorial e as restrições adicionadas que a versão digital permite, converteram essencialmente numa crise de acesso aos títulos fundamentais para a investigação. A reação a esta situação formaliza-se na BOAI, após vários ensaios que a disponibilidade da tecnologia digital veio permitir. Entre eles conta-se a iniciativa de Paul Ginsparg, o arXiv², que constitui o primeiro exemplo de um repositório temático e que veio dar origem a uma série de experiências que anunciam os repositórios que conhecemos hoje.

A acessibilidade e descoberta dos outputs de investigação e da sua associação aos autores, agên-

² Disponível na WWW: <https://arxiv.org/>.

cias de financiamento e instituições apoia-se num conjunto de serviços que incluem o armazenamento, identificadores únicos, metadados e normas. Entre os mais comuns contam-se o ORCID³, para a desambiguação dos autores e os Digital Objects Identifiers (DOI)⁴ para as publicações.

Para apoio aos autores no que concerne às políticas de copyright e de auto-arquivo de um grande número de editores, um dos primeiros serviços, e o mais conhecido, é o SHERPA/RoMEO. Neste projeto, os editores são classificados por cores segundo o que permitem ao autor fazer com o trabalho nas suas diferentes fases, desde a forma de rascunho até à publicação final.

Cores RoMEO	Política de arquivo	Editores	%
verde	Pode arquivar a versão preprint e postprint	865	39
azul	Pode arquivar a versão postprint (i.e. o rascunho final após o peer-review)	739	33
amarelo	Pode arquivar a versão preprint (i.e. antes do peer-review)	147	7
branco	O arquivo não é suportado formalmente	463	21

Fonte: Sherpa/RoMEO⁵

Uma análise sumária das políticas de copyright dos editores portugueses e brasileiros aí registados mostra que, em maio deste ano, mais de 60% dos editores em Portugal está classificado como editor verde e azul, enquanto no Brasil a esmagadora maioria, mais de 90%, se encontra nas mesmas categorias.

Não são, apenas, ou sobretudo, as políticas de copyright que condicionam o comportamento dos investigadores, apesar das condicionantes que podem impor nos processos de divulgação, mas os indicadores usados na avaliação individual, de projetos, de centros de investigação, de instituições. O cunho eminentemente quantitativo que tem sido usado na avaliação tem conduzido a diversas críticas e posições públicas. Em 2012, por ocasião do encontro anual da American Society for Cell Biology, um grupo de editores de revistas científicas reconhece a necessidade de melhorar os modos como a investigação científica é avaliada e estabeleceu um conjunto de dezoito recomendações dirigidas a distintas partes interessadas (agências de financiamento, instituições, editores, organizações que fornecem métricas, e investigadores). Ficou conhecida como a San Francisco Declaration on Research Assessment (DORA) («San Francisco

³ Disponível na www.orcid.org/

⁴ Disponível na www.doi.org/

⁵ Disponível na www.sherpa.ac.uk/romeo/statistics.php?la=pt&flDnum=|&mode=simple

Declaration on Research Assessment», 2012). No mesmo sentido se posiciona o Manifesto de Leiden (Diana Hicks & Wouters, 2015), que reforça a ideia de que as melhores decisões são tomadas através da combinação de estatísticas robustas que ganham sentido pelo conhecimento da finalidade e a natureza da pesquisa que é avaliada. A tomada de decisão na ciência, sublinham, deve ser baseada em processos de alta qualidade informada por dados da mais alta qualidade.

É na tentativa de enquadrar cada trabalho num contexto mais amplo e significativo que surgem novas métricas que fazem uso de outros tipos de indicadores (PRIEM et al., 2010). Assim, a disponibilidade destes novos indicadores no âmbito das Redes Sociais/Web Social que podem fornecer dados complementares àqueles existentes é outra das vias que tem de ser devidamente explorada. Ferramentas como o Mendeley, entre uma miríade de outras plataformas, estão a ser experimentadas nesse sentido.

Portugal e o Brasil têm desenvolvidos esforços no sentido de tornar a ciência produzida nos dois países mais visível. Esse esforço congrega-se em torno de duas estratégias, a da disponibilização da investigação em repositórios institucionais, também designada por ‘via verde’, e a da publicação em revistas de Acesso Aberto, ou a ‘via dourada’. Qualquer uma destas vias ao garantir o acesso tem consequências potenciais no aumento do seu impacto e é por essa razão que muitas das agências de financiamento da investigação, um pouco por todo o mundo, têm vindo a exigir que a investigação por elas financiada seja tornada disponível. O que se constata também é o reforço desta posição na União Europeia que muito recentemente, 27 de maio de 2016, aprovou a diretiva de adoção do Acesso Aberto aos conteúdos científicos (TUFFANI, 2016).

A verdade é que a Internet trouxe consigo não apenas a possibilidade de ampliar e acelerar os processos de disseminação da informação, mas também o de construir novas formas de processar e construir o conhecimento, algumas delas significativamente mais ricas do ponto de vista cognitivo.

A criação do conhecimento e a sua disseminação são duas faces da mesma moeda: sem uma disseminação eficaz a investigação perde uso e impacto, e, por essa razão, o novo ambiente

tecnológico permite responder ao ritmo acelerado do processo de investigação ao mesmo tempo que o estimula pela oferta de um maior número de objetos para o seu processamento e recriação.

Referências

Bartling, S., & Friesike, S. (2014). *Opening Science The Evolving Guide on How the Internet is Changing Research, Collaboration and Scholarly Publishing*. Heidelberg, New York, Dordrecht, London: Springer International Publishing. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-00026-8>

Budapest Open Access Initiative. (2002). Disponível em <http://www.soros.org/openaccess/read.shtm>. Acesso em 17 jun.2011

Diana Hicks, & Wouters, P. (2015). The Leiden Manifesto for research metrics. Use these ten principles to guide research evaluation... *Nature*, 520(7548), 9–11. <http://doi.org/10.1038/520429a>

Nentwich, M. (2003). *Cyberscience: Research in the Age of the Internet*. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press.

Nielsen, M. A. (2012). *Reinventing discovery: the new era of networked science*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Priem, J. et al. *Altmetrics: a manifesto*. 2010

San Francisco Declaration on Research Assessment, 2012. <http://www.ascb.org/dora/>

Tuffani, M. (2016). União Europeia quer todos os seus artigos científicos em acesso aberto até 2020. Disponível em <http://www.diretodaciencia.com/2016/05/30/uniao-europeia-quer-todos-os-seus-artigos-cientificos-em-acesso-aberto-ate-2020/>

“Vivemos um momento de reconfiguração de práticas e modalidades, desafiado por essa força que é a tecnologia digital, a qual conforma um novo universo, o da cibercultura.”



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



A gestão financeira das livrarias das Editoras Universitárias por Fundações de Apoio

Edgard Francisco Alves¹

Foto: arquivo ABEU



Edgard defende a importância de fundações de apoio para o desenvolvimento das editoras

Uma provocação da importância da Fundação e sua classificação

Primeiro, é preciso compreender que as Fundações fazem parte do terceiro setor, exigindo dos seus gestores que trabalhem para servir à sociedade, devendo especializar-se em governança corporativa e organizacional com motivação correta, tendo ações harmônicas visando ao desenvolvimento voltado para o bem comum.

Segundo, depois de entender do sistema organizacional e da estrutura de governança, fazer adesão completa dos controles internos num sistema eficiente e integrado, sem redigitação, com total transparência via web, valorizando o verdadeiro sentido da Fundação, que é o seu Patrimônio direcionado a servir seus objetivos estatutários, diferentemente de uma Associação ou outra sociedade de pessoas ou

¹ Edgard Francisco Alves é diretor-presidente da Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV)

profissionais que zelam pelos próprios interesses corporativos.

Terceiro, deve-se observar, com rigor, que o Patrimônio da Fundação Privada de Apoio está voltado, exclusivamente, para proteger a sua finalidade de forma incondicional, sem possibilidade de distribuição de qualquer resultado, sob acompanhamento ou velamento do Ministério Público, atentando-se para a lei específica de apoio fundacional de nº 8.958/94, especialmente a recente Lei de Inovação 13.243/2016.

Considerações sobre a gestão fundacional de apoio

Nunca será eficaz o gerenciamento da Fundação sem planejamento, sem estrutura colegiada, sem metas e planos exequíveis e sem a devida prestação de contas entre todos os níveis internos, conselhos e financiadores envolvidos, de forma a cumprir os interesses institucionais de apoio.

O apoio refere-se estritamente às questões legais da captação de recursos, contratação dos projetos, gestões financeira, administrativa, logística, contábil e fiscal das atividades propostas e contratadas em convênios de cooperação, bem como do apoio à comercialização e exportação da produção. Tudo isto sem interferir no comando diretor ou político de qualquer área do apoiado, abandonando todo processo do interesse estritamente pessoal.

Os recursos geridos pela Fundação pertencem aos projetos e atividades do apoiado, sob a ordenação e responsabilidade técnica do coordenador do respectivo projeto, podendo a Fundação ser remunerada numa taxa de administração que sustente seu custeio administrativo e operacional.

O objetivo da Fundação é agilizar os processos internos com praticidade, facilitando o cumprimento do foco almejado em cada contrato ou projeto, com leveza, simplicidade e sensibilidade negocial, oferecendo grande vantagem para atender às necessidades e demandas.

Como retirar bom proveito da Fundação?

Nem toda Fundação serve para garantir a boa gestão das editoras. Ela exige competência técnica e altíssimo nível de gestão profissional.

Considerando a sua finalidade não lucrativa e a não distribuição de lucros aos envolvidos ou gestores, a Fundação Privada de Apoio está isenta de qualquer imposto sobre sua Receita, mas deve recolher os tributos de terceiros retidos na fonte, bem como todos os compromissos e encargos sociais do seu envolvimento com outras pessoas, como INSS, ISS, ICMS e demais exigências legais.

Com segurança apropriada, ela fará provisões passivas dos riscos inerentes à sua movimentação dentro de cada contexto operacional, observando as questões fiscais, trabalhistas e jurídicas a débito de cada contrato em andamento, tornando saudável o desempenho das editoras e projetos ou convênios.

Tendo estrutura integrada de controladoria interna, com relatórios gerenciais, certamente haverá grandes ganhos para as atividades das Livrarias das Editoras, facilitando a geração de caixa com controles auditáveis e transparentes.

Exemplo da Editora UFV

A Fundação FACEV de Cultura da UFV, sob contrato de cooperação em convênio com a Editora UFV, facilita com o apoio legal e fiscal o bom desempenho e a geração de caixa apropriado para a Editora, através das suas Livrarias que realizam vendas suficientes para cobrir todos os custos diretos da produção (gráfica) e comercialização, sob a direção e coordenação da Editora com sua equipe técnica de produção e Conselho Editorial.

A gestão das Livrarias com o apoio da FACEV, a Editora cresce, auxilia as demais Editoras Universitárias do País e autores/editores independentes, no escoamento dos seus livros em consignação, via comércio eletrônico eficiente e outras formas de vendas diretas como o café cultura, além da participação, com carro expositor, em muitos eventos nacionais de cunho acadêmico.

A estrutura organizacional da Editora UFV está centrada na Diretoria, nomeada pela Reitoria e vinculada à Pro-Reitoria de Extensão e Cultura, sob a orientação do Conselho Editorial para as publicações de interesse da UFV.

A Diretoria responde pela área administrativa, auditoria e, ainda, pelos setores de Marketing, Compras, Consignações, Recursos Humanos, Desenvolvimento Organizacional e Comitê de Controladoria e Compliance, visando às Livrarias, através do Coordenador de Administração num Comitê Gestor e Comissão Especial de Negócios, formada pelos Gerentes de áreas.

As Livrarias são geridas, em comum acordo, pela Comissão Especial de Negócios. Assumem os custos da produção comandados pela Gráfica da Editora, os direitos autorais e demais custos, num movimento capaz de incentivar o crescimento do processo produtivo, para ampliar a divulgação da tecnologia, livros técnico-científicos e culturais dos Departamentos e Centros de Pesquisas da UFV.

Introdução aos Direitos Autorais: perguntas e respostas

Prof. Dr. Sérgio Said Staut Júnior¹

Foto: arquivo ABEU



Os direitos autorais são uma preocupação crescente no mercado editorial, justifica Sérgio

O presente trabalho, estruturado por meio de perguntas e respostas, procura fazer uma simples introdução aos direitos autorais. Foi pensado a partir de experiências anteriores com profissionais de outras áreas que não a do direito e serve basicamente como uma espécie de cartilha, com as principais noções e algumas orientações complementares sobre a matéria.

1 – O que pode ser compreendido como direitos autorais?

São os direitos que protegem as obras artísticas, científicas, literárias, entre outras, fruto da criação intelectual das pessoas. Assim, qualquer criação artística,

¹ Professor Adjunto do Curso de Direito e do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor Adjunto do Curso de Direito e do Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da UFPR. Realizou Pós-Doutorado no Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Università degli Studi di Firenze, Itália. Integrante do Núcleo de Pesquisas de História, Direito e Subjetividade do PPGD/UFPR. Membro do Instituto Brasileiro de História do Direito - IBHD. Autor do Livro “Direitos Autorais: entre as relações sociais e as relações jurídicas”, publicado pela Editora Moinho do Verbo. Advogado - OAB 29.969 (Currículo completo na plataforma lates: www.cnpq.br).

científica ou literária, desde que exteriorizada, por qualquer meio, é protegida por direitos autorais.

Exemplificativamente, são protegidas por direitos autorais: i) as obras literárias, artísticas ou científicas; ii) os filmes e outras obras audiovisuais; iii) as músicas; iv) as conferências e apresentações; v) a fotografia; vi) os desenhos e as pinturas; vii) um trabalho acadêmico de um professor ou de um aluno, entre muitas outras obras autorais.

Segundo o artigo 7º da Lei n.º 9.610:

“Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;

III - as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

V - as composições musicais, tenham ou não letra;

VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII - os programas de computador;

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

§ 1º Os programas de computador são objeto de legislação específica, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

§ 2º A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

§ 3º No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.”

2 – O que é protegido pelos direitos autorais?

Os direitos do sujeito criador sobre sua obra apresentam-se marcados por uma duplicidade de conteúdo. Contemplam aspectos de natureza claramente patrimonial, representado pela obra, resultado material da criatividade e do esforço humano, a partir dos quais são tratados como direitos patrimoniais do autor. Outros, de natureza complexa, denominados direitos morais do autor, permanecem identificados e vinculados à própria personalidade do autor.

A natureza dúplice dos direitos autorais pode ser claramente identificada na lei brasileira, em vigor desde 1998, Lei n.º 9.610, especialmente no art. 22, quando dispõe: “Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.” Esta lei reserva um capítulo específico para cada uma dessas facetas. O Capítulo II (arts. 24 a 27), do Título III, é destinado aos direitos morais do autor e o Capítulo III (arts. 28 a 45), desse mesmo Título, cuida dos direitos patrimoniais do autor e sua duração.

Simplificando um pouco a questão, pode-se dizer que os direitos morais são aqueles vinculados mais propriamente à autoria, como ter o seu nome vinculado ou reconhecido como o autor da obra (independente de ter feito uma cessão ou não), bem como o direito de manter a integridade da obra e se opor a qualquer modificação não autorizada.

Já os direitos patrimoniais estão vinculados à utilização econômica da obra e a todos os “ganhos econômicos” que um autor pode “receber” com a utilização/exploração de sua obra.

É importante conhecer os artigos acima citados da Lei n.º 9.610 de 1998, pois são esses artigos que estabelecem (ainda que não de forma taxativa) os direitos patrimoniais (arts. 28 a 45) e os direitos morais do autor (arts. 24 a 27).

3 – É necessário o registro da obra autoral (como, por exemplo, o registro de um livro, de uma música ou de um filme) para que a obra

seja protegida?

A proteção ou tutela dos direitos autorais independe de registro, ou seja, não é necessário o registro da obra, basta a sua exteriorização. Conforme o art. 18 da Lei n.º 9.610 de 1998, “A proteção aos direitos de que trata esta Lei [direitos autorais] independe de registro.” Dependendo da obra, é possível sim realizar o registro, embora não seja obrigatório. O registro apenas produz a presunção (relativa) de que a obra é daquele autor indicado no registro. Com o registro, o autor conta com uma prova “robusta” da sua autoria, mas que pode ser afastada eventualmente (dependendo do caso concreto) por outros meios de prova.

4 – Qual a legislação que regulamenta especificamente essa matéria?

A legislação, já citada, que atualmente regulamenta especificamente os direitos autorais, é a Lei n.º 9.610 de 1998. A Constituição Federal Brasileira de 1988 também consagra o direito do autor/criador sobre a sua obra e o considera um direito fundamental (art. 5º, incs. XXVII e XXVIII). Destaca-se, ainda, que a Lei n.º 9.610 de 1998 regulamenta tanto os direitos de autor, assim como os que lhes são conexos.

5 – A lei de proteção aos direitos autorais pode ser compreendida por uma pessoa sem formação jurídica?

Sim, a Lei n.º 9.610 de 1998 pode ser sim compreendida por uma pessoa sem formação jurídica. Inclusive sugere-se que as pessoas que trabalham com os direitos autorais tenham conhecimento dessa legislação e fiquem atentas ao seu teor. A lei pode ser obtida, de forma gratuita, por exemplo, no site da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br), no site do Senado (www.senado.gov.br) e no site da Presidência da República (www.presidencia.gov.br).

6 – Uma pessoa que trabalhe com elaboração de materiais didáticos e/ou científicos deve ter conhecimento da Lei n.º 9.610 de 1998?

Sim, conforme a resposta anterior, é imprescindível a leitura atenta da lei de proteção aos direitos autorais (Lei n.º 9.610 de 1998) por parte daquele que trabalhe com elaboração de materiais didáticos e/ou científicos. Não é possível esquecer que é essa lei (Lei n.º 9.610 de 1998) que regulamenta boa parte dos frutos do trabalho de um profissional, professor e/ou pesquisador que produz pesquisa e elabora materiais didáticos, científicos, bem como

outras obras autorais.

7 – Quais são os direitos patrimoniais do autor segundo a Lei n.º 9.610 de 1998?

A Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta esta matéria no Título III, Capítulo III, intitulado: “Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração”, em seu art. 28 dispõe: “Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística e científica.”

Segundo o art. 29 da Lei n.º 9.610/98, “Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como: I – reprodução parcial ou integral; II – a edição; III – a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações; IV – a tradução para qualquer idioma; V – a inclusão em fonograma ou produção audiovisual; VI – a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra; VII – a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário; VIII – a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante: a) representação, recitação ou declamação; b) execução musical; c) emprego de alto falante ou sistemas análogos; d) radiodifusão sonora ou televisiva; e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; f) sonorização ambiental; g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; h) emprego de satélites artificiais; emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas. IX – a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero; X – quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.”

Deve ser observado, ainda, que os direitos patrimoniais do autor sobre a sua obra não se esgotam na enumeração trazida pela Lei n.º 9.610/98. Ou seja, as possibilidades de utilização econômica da obra não são limitadas pela legislação, pois o rol de modalidades de utilização indicado pela lei não é taxativo.

8 – Quais são os direitos morais do autor segundo a Lei n.º 9.610 de 1998?

Em linhas gerais, ao contrário dos direitos patrimoniais do autor, que se destacam do titular originário e se destinam a permitir a sua transmissão, o conteúdo moral dos direitos autorais, também chamado de personalíssimo ou de pessoal, caracteriza-se por afirmar o vínculo indissolúvel que existe entre o autor e a sua obra. Se a obra é produto do espírito humano, da criatividade que emana do próprio autor, essa ligação de natureza pessoal existente entre o autor e a sua criação deve ser tutelada.

A Lei n.º 9610/98 também se ocupa, no seu art. 24, em definir os direitos autorais morais, que compreende: I – o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra; II – o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o autor, na utilização da obra; III – o de conservar a obra inédita; IV – o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-la, como autor, em sua reputação ou honra; V – o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada; VI – o de retirar de circulação a obra ou suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem; VII – o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontrar legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

Sinteticamente, pode-se concluir que a Lei n.º 9610/98 enumera (não taxativamente) os seguintes direitos: o direito de reivindicar a autoria da obra; o direito ao nome; o direito de conservar inédita a obra; o direito à integridade da obra; o direito de modificar a obra; o direito de retirar de circulação a obra e o direito de ter acesso a exemplar único. O desrespeito ou a restrição de qualquer um desses aspectos dos direitos de personalidade, geralmente, é causa de violação ao direito moral de autor.

9 – O que é cedido ou transmitido quando é realizado um contrato de “cessão de direitos

autorais”?

Apenas os direitos patrimoniais do autor são cedidos ou transmitidos quando se realiza um contrato de “cessão de direitos autorais”. Os direitos morais do autor (direitos personalíssimos) não são transmitidos quando é realizada uma cessão (ainda que total) dos direitos autorais. Destaca-se que a interpretação de um contrato de cessão de direitos autorais deve ser sempre restritiva e, no caso de dúvida, favorável ao autor.

Isso significa dizer que, ainda que tenha sido autorizada a publicação de uma obra ou realizada uma cessão dentro de um determinado objetivo (pelo seu autor), é apenas para esta finalidade e tão somente da forma como foi inicialmente exteriorizada a obra objeto da cessão. Assim, aquele que “adquiriu” determinado direito patrimonial do autor não pode utilizar ou dar qualquer destinação às obras autorais de formas diversas daquelas que já foram autorizadas.

10 – O que é o domínio público de uma obra autoral? O que cai em domínio público e como?

Os direitos patrimoniais do autor caem em domínio público (não, evidentemente, os direitos morais). “Cair em domínio público” significa que qualquer pessoa pode utilizar / explorar a obra sem a necessidade de remunerar (a qualquer título) o (ex) titular dos direitos autorais patrimoniais. Isso representa, simplificando um pouco a questão, que não é mais necessário pagar para utilizar aquela determinada obra autoral que “caiu em domínio público”.

Como regra, segundo o art. 41 da Lei 9610, “Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.” A partir desse período, as obras autorais caem em domínio público. É importante observar os demais artigos, na sequência do art. 41, porque existem algumas regras específicas dependendo do tipo de obra. Para livros o prazo é o do art. 41, acima citado.

11 – Existe um percentual para utilização de obras, sem prejuízo dos direitos autorais?

Não. Aqui no Brasil não existe um percentual mínimo ou máximo pré-estabelecido, em lei, para que

o sujeito utilize parte de material artístico, científico ou literário sem violar direitos autorais. Entretanto, é sempre possível utilizar-se do chamado “direito de citação”.

Em relação à cópia de material, a legislação brasileira (Lei 9610) também permite a cópia de pequenos trechos nos seguintes termos: “a reprodução, em um só exemplar, de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”.

Observe-se que não é estabelecido um número fixo para a realização da cópia. A lei fala apenas em “pequenos trechos”, e a interpretação desse conceito aberto deve ser feita com moderação e razoabilidade.

12 – O que é o “direito de citação”?

Segundo o art. 46 da Lei 9610, “Não constitui ofensa aos direitos autorais: III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra”. Portanto, desde que devidamente citada, a “passagem” (não a obra ou parte significativa dela) pode ser citada em outro trabalho autoral. Trata-se do direito de citação.

13- As ideias são protegidas por direitos autorais?

Deve ser observado que, no sistema de proteção aos direitos autorais adotado no Brasil, as ideias não são protegidas por direitos autorais. Conforme o art. 8º da Lei de Direitos Autorais (que estabelece o que não é objeto de proteção pela lei), as ideias, por si só, não são protegidas por direitos autorais.

O que é protegido pelos direitos autorais, no Brasil e em boa parte do mundo, é a “manifestação ou criatividade estética”, ou seja, desde que o sujeito não realize a repetição das mesmas palavras, dos mesmos desenhos, das mesmas formas de apresentação de determinada obra autoral; ainda que as ideias e as noções sejam as mesmas ou muito parecidas, isso não seria uma violação dos direitos autorais. (Exemplo: é possível que vários livros de história expliquem os mesmos acontecimentos históricos, e um livro pode ser posterior ao outro. Desde que o livro posterior não repita as mesmas palavras do livro anterior, isso não é uma violação de direitos autorais.)

Na academia ou na elaboração de um trabalho científico é importante fazer menção ao “autor” ou ao “lugar” de que se “retiraram” os conceitos e as

ideias, mas isso é feito muito mais por uma questão de honestidade intelectual do que por razões de respeito aos direitos autorais.

14 – Imagens da Wikipédia, sites do MEC e da Internet em geral poderão ser utilizados somente com as referências de fonte ou precisam de licenças ou termos de cessão de direitos autorais?

É importante saber, primeiramente, que as imagens, textos, vídeos, entre outras obras autorais de qualquer natureza (artísticas, científicas, literárias, etc.), localizadas/encontradas na Internet, também são protegidos por direitos autorais.

Nesse sentido, deve ser observado que a obra colocada na Internet tem a mesma proteção do que as outras obras em geral. A Internet é só mais um meio, muito importante atualmente, de divulgação e exteriorização da obra.

O que a pessoa que vai utilizar esse material deve verificar é se esses sites (Wikipédia, sites do MEC e da Internet em geral) permitem a utilização apenas com a citação da fonte (isso é possível) ou exigem uma autorização especial. Observação importante: Na dúvida, sempre procure uma autorização por escrito – ainda que por e-mail – para evitar problemas.

15 – Músicas e vídeos do YOUTUBE precisam dos contratos (licenças/autorizações) de cessão de direitos autorais para a sua utilização em uma nova obra?

Sim, como regra sim. Conforme anteriormente observado, caso o sujeito utilize na sua obra uma obra já existente, como um vídeo postado no YOUTUBE, ele deve pedir autorização para o titular da obra (do vídeo). Só não é necessária a autorização se a obra já caiu em domínio público ou se o seu autor expressamente já autorizou a sua utilização (verificar sempre se a autorização foi dada e o que foi permitido fazer). Uma alternativa, para evitar qualquer problema, é simplesmente indicar o caminho, ou seja, colocar o link de acesso ao site ou ao vídeo.

16 – Materiais publicados pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais nos seus respectivos sites e portais, precisam dos referidos termos de cessão, autorização ou licença de direitos autorais?

Em princípio, materiais publicados em qualquer site ou portal, público ou privado, oficial ou não, estão protegidos por direitos autorais, e a sua

utilização não é, de forma alguma, irrestrita.

Assim, mesmo os materiais postados em portais públicos estão sujeitos às normas de proteção dos direitos autorais estabelecidas no direito pátrio.

O que a pessoa deve fazer é verificar, com os responsáveis por esses sites e portais, como essas obras podem ser utilizadas e quais as autorizações necessárias (ou não) para, por exemplo, incorporá-las ou utilizá-las de alguma forma no novo material (ou na nova obra autoral) que está sendo produzido.

17 – Quando o material com fins didáticos ou científicos é desenvolvido para ser utilizado na rede pública de ensino (ou com finalidade pública pela coletividade em geral), qual a legislação a ser observada? Existe alguma peculiaridade nesse caso?

A legislação em matéria de direitos autorais é a mesma: basicamente a Lei n.º 9.610 de 1998 e os dispositivos da Constituição Federal, acima citados.

Sendo o material elaborado, com fins didáticos ou científicos, para utilização na rede pública de ensino, por exemplo, a ideia é aquela de sempre proteger o autor e os detentores dos direitos autorais, mas considerando, também, a necessidade de compatibilizar esses direitos individuais com os interesses e direitos de toda a coletividade. Falsa, inclusive, em função social dos direitos autorais (essa é uma questão um pouco mais complexa e que foge ao sentido e objetivo do presente trabalho).

18– A condição de coautoria (que ocorre quando duas ou mais pessoas elaboram em conjunto uma obra autoral) implica também na necessidade de todos os coautores autorizarem a utilização da obra ou celebrarem, em conjunto, um contrato de cessão de direitos?

Sim. Cabe ser observado que o coautor, evidentemente, também participou como autor da criação / elaboração da obra e deve, portanto, em caso de cessão ou transmissão dos direitos autorais, assinar igualmente os termos ou autorizações de cessão dos direitos autorais.

No caso da coautoria deve ser observado, especialmente, o teor dos artigos 23 e 32 da Lei de Direitos Autorais:

Art. 23. Os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.

Art. 32. Quando uma obra feita em regime de coautoria não for divisível, nenhum dos co-autores,

sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

19 – Professores que “orientam” a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, monografias de graduação ou pós-graduação), bem como a produção de material didático e artigos científicos, podem ter seus nomes registrados nas produções como coautores?

O orientador, em regra, não pode ser, apenas pelo seu importante trabalho de orientação, considerado um autor. Infelizmente, o atual sistema de proteção dos direitos autorais está preso a um paradigma profundamente individualista e, por isso, geralmente o orientador não é um coautor.

O orientador só seria um coautor do trabalho (no atual sistema dos direitos autorais) se, de fato, tivesse escrito ou participado diretamente da elaboração e apresentação do trabalho em conjunto com o seu orientando.

A questão básica é verificar se determinada pessoa é efetivamente um coautor ou foi alguém que orientou, ou indicou caminhos, mas não redigiu ou elaborou diretamente o trabalho.

20 – Um profissional contratado ou um funcionário “de carreira” de uma empresa ou instituição, contratado para produzir eventual obra, pode negar-se a ceder a sua produção para ser veiculada pela mesma empresa ou instituição?

Nenhum autor pode ser compelido a publicar ou exteriorizar a sua obra autoral. Conforme já observado, é um direito moral do autor o direito de conservar a sua obra inédita (art. 24, inc. III, da Lei 9610/98).

No entanto, isso não significa que o autor (no caso, o profissional contratado ou o funcionário) que se negue a publicar (ou exteriorizar) a sua obra não possa sofrer eventuais sanções de caráter civil, administrativo e trabalhista, nos termos e condições estabelecidos em contrato e na legislação em vigor.

É possível (em tese) que o ato de negar a exteriorização da sua obra autoral produza sanções de ordem civil, administrativa e trabalhista, como, por exemplo, a obrigatoriedade de indenizar integralmente aquele que sofreu o dano (a empresa ou a instituição) ou, até mesmo, a devolução de tudo o que foi recebido para esse fim (elaborar a obra autoral) mais as eventuais perdas e danos.

Na esfera trabalhista, deve ser ressaltado que,

caso o autor seja um empregado/funcionário da empresa (com vínculo empregatício), contratado para desenvolver a atividade autoral, a sua negativa em produzir a obra implica em descumprimento do contrato de trabalho (e pode acarretar ao empregado sanções também nesta esfera).

21 – Fotografias de obras de arte tiradas por um empregado ou profissional contratado por uma empresa ou instituição, para esta finalidade, precisam de termo de cessão (desse empregado ou profissional contratado)?

Sendo o próprio empregado ou profissional contratado pela empresa ou instituição o autor da fotografia, é ele o autor e detentor dos direitos autorais da fotografia. Nesse sentido, é ele que deve autorizar expressamente a utilização daquele material pelo contratante ou por terceiro.

Entretanto, a empresa ou instituição tenha contratado especificamente esta pessoa ou esta seja a função do empregado (tirar fotos dessas obras), os direitos patrimoniais das fotos pertenceriam à empresa ou instituição.

Deve ser observado, ainda, que se a foto é de uma obra protegida por direitos autorais (um quadro, por exemplo), o profissional deve ter a autorização expressa (o ideal é por escrito) dos detentores dos direitos autorais dessa obra.

22 – Fotografias de pessoas tiradas por um empregado ou profissional contratado por uma empresa ou instituição, para esta finalidade, precisam de termo de autorização de uso de imagem?

Sim, precisam de uma autorização expressa (o ideal é por escrito) daquele que foi fotografado.

Nessa autorização, o fotografado deve estar ciente da finalidade da fotografia e qual será a sua utilização. Essa autorização só é dispensada tratando-se de pessoas públicas, no exercício de cargos públicos, envolvendo interesse de informação de toda a sociedade. Sugestão: Na dúvida, pedir sempre a autorização. Outra sugestão: tomar muito cuidado com a utilização de fotos de menores (crianças e adolescentes), em especial, quando for utilizar “banco de imagens”. Buscar sempre “bancos de imagens” seguros para evitar problemas.

23 – Qual o período de validade dos contratos

e termos de cessão de direitos autorais?

Depende do prazo contratado pelas partes, ou seja, depende do contrato ou do termo de cessão de direitos autorais realizado entre o autor e o adquirente dos direitos autorais.

24 - Que informações devem ser repassadas ao jurídico de uma empresa ou instituição para que se dê início ao contrato de direitos autorais?

Todas as informações referentes à contratação, tais como: i) as partes contratantes (com as suas devidas e completas qualificações); ii) o objeto do contrato (serviço a ser realizado, obra autoral desenvolvida ou cedida, descrição detalhada da obra a ser adquirida ou contratada, etc.); iii) a finalidade da contratação (para se verificar a melhor forma de contratação); iv) tempo de contratação ou de utilização do material/obra; v) necessidade ou não de futuras atualizações; vi) verificar se a empresa ou pessoa que está negociando os direitos é, de fato, titular dos direitos autorais objeto da contratação; vii) além, é claro, das demais informações que julgar pertinentes e das informações complementares solicitadas pelo próprio departamento jurídico da empresa ou instituição.

25 - Qual é a diferença entre um contrato de “licença de uso” ou “autorização de uso” e um contrato de “cessão de direitos patrimoniais”?

Primeiramente, deve ser ressaltado que o importante é o conteúdo do contrato realizado e não propriamente o seu nome. Existe muita confusão no âmbito dos direitos autorais nessa questão e, por isso, o mais importante é verificar o conteúdo da licença ou do contrato realizados.

No âmbito do direito autoral, geralmente, as chamadas “licenças de uso” ou “autorização de uso” são mais restritivas do que os contratos de “cessão de direitos patrimoniais”. Assim, as “licenças” ou as “autorizações” acabam tendo uma abrangência menor do que a “cessão”, ou seja, são utilizadas para fins mais específicos (como ocorre com uma “autorização” para a publicação de determinada foto em uma campanha publicitária, mas não implica necessariamente em cessão dos direitos autorais sobre a foto para a empresa que está realizando a campanha publicitária).

“Direitos autorais (...) protegem as obras artísticas, científicas, literárias entre outras, fruto da criação intelectual das pessoas.”

O contrato de “cessão de direitos autorais (patrimoniais)” é compreendido, em regra, pela doutrina brasileira que cuida dessa matéria, como um contrato pelo qual o autor transfere, de forma gratuita ou onerosa, em parte ou integralmente, os direitos autorais patrimoniais decorrentes de sua obra autoral.

26 - A cessão integral de direitos autorais patrimoniais, prevista no art. 29 da Lei 9.610, permite à empresa ou instituição adquirente alterar inclusive o título da obra? Ou somente é possível atualizar o conteúdo, sem alterar o título, se essa permissão não estiver prevista no contrato?

A alteração do título de uma obra só pode ser realizada pelo autor. Trata-se de direito moral do autor (manter a integridade da mesma e alterá-la). Assim, mesmo que tenha sido realizado um contrato de cessão total ou integral da obra, não pode o adquirente alterá-la sem autorização prévia e expressa do autor. Não se deve esquecer que o contrato de cessão (ainda que total) abrange apenas os direitos patrimoniais, e não os morais.

Dependendo da obra autoral, é possível que a mesma precise sempre de constante atualização. Neste caso, o ideal é, já no contrato inicialmente realizado com o autor da obra, prever a forma de atualização (caso seja o próprio autor a fazê-la) ou uma autorização específica para que terceiro

realize esta atividade (respeitando evidentemente os direitos morais do autor original).

27 - O objeto de cessão é o direito patrimonial, e não o moral. Supondo que um autor realize a cessão onerosa de uma obra (uma apostila) a uma empresa, com determinado conteúdo e formato, permitindo a esta empresa ou instituição usufruir da obra nos termos do art. 29 da Lei 9.610, esse autor poderá ceder a mesma obra para outras pessoas? Ou obrigatoriamente ele só poderá ceder o conteúdo se alterar o formato e a apresentação estética da obra?

Depende primeiramente do que foi contratado entre as partes. Caso tenha ocorrido uma cessão integral ou total dos direitos autorais em todo o território nacional especificamente a esta empresa ou instituição, o autor poderá apenas utilizar as ideias ou métodos, mas não poderá utilizar ou ceder a mesma obra para outras pessoas.

Caso não tenha sido realizado qualquer contrato escrito ou caso não tenha sido celebrado um contrato de cessão integral dos direitos autorais em todo o território nacional especificamente com esta empresa ou instituição, poderá o autor, em princípio, utilizar ou ceder a mesma obra para outras pessoas, desde que não prejudique o contratante original e que não seja incompatível com o objeto da contratação anterior.



Foto: Shutterstock

Edição 2016 amplia número de categorias

A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) instituiu, em 2014, o Prêmio ABEU visando a distinguir, anualmente, as melhores edições universitárias no âmbito do conhecimento científico e acadêmico, bem como a realçar o projeto gráfico mais acurado.

A ABEU objetiva, com a premiação, incentivar a qualificação das edições das casas editoras universitárias, tanto pelo que diz respeito à excelência dos conhecimentos veiculados pelos títulos, como pela concepção estética das edições.

Para a Edição 2016, o número de categorias de concorrentes passou de três para cinco: Ciências Humanas, Ciências da Vida, Ciências Naturais e Matemáticas, e Ciências Sociais e da Expressão – no que concerne a conteúdos – e Projeto Gráfico de livro, no que concerne ao produto final do processo editorial. Concorrem obras editadas entre 02 de janeiro e 31 de dezembro de 2015

A comissão, nomeada pela presidência da ABEU para desenvolver e acompanhar todo o processo do Prêmio ABEU – 2016, está composta por: Elisama Fabiola P. Silva, Diretora de Eventos; Flavia Rosa, Diretora de Comunicação; Rubens Mandelli Nery, Secretário Executivo da Associação.

O Prêmio ABEU 2016 contará com a curadoria do Prof. José Castilho Marques Neto, responsa formar a comissão avaliadora. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Prof. Castilho, que esteve por mais de 20 anos ligado ao setor editorial universitário, especializou-se também em políticas públicas de livro, leitura e bibliotecas, sendo consultor de organismos nacionais e internacionais de editoração e leitura, além de agências de fomento à pesquisa.que formará uma comissão julgadora para cada categoria, que será composta por três membros de reconhecido saber na categoria de conhecimento.

Os três finalistas em cada categoria serão conhecidos no dia 10 de outubro de 2016, mediante divulgação pela mídia e canais de comunicação da ABEU (site, Abeu em Rede, Facebook e e-mail).

A divulgação dos vencedores em cada categoria e a entrega do Troféu Prêmio ABEU acontecerá em solenidade na cidade de São Paulo, SP, no dia 16 de novembro de 2016, às 19h, em local a ser oportunamente divulgado.

Ganhadores do Prêmio ABEU 2015

Foto: arquivo ABEU



A entrega do Prêmio ABEU edição 2015 foi realizada na Academia Paulista de Letras

A voz do Autor, coluna do site da ABEU, perguntou aos ganhadores das três categorias do Prêmio ABEU 2015, entregue em novembro passado: “Qual a sensação de ter este reconhecimento e qual a relevância do Prêmio ABEU para você?”

Roberto Acízelo de Souza, autor de *Do mito das musas à razão das letras: textos seminiais para os estudos literários (século VIII a. C - século XVIII)*, da **Argos – Editora da UnoChapecó**, categoria de Melhor livro na área de Humanidades: “o trabalho acadêmico, especialmente na área de Humanidades, costuma ser bastante solitário, feito ao longo de vários anos, e que, em geral, não tem muita receptividade. Então, para mim, um reconhecimento como este é realmente estimulante, me deixa muito feliz”.

Tania Maria Fernandes, co-organizadora de *Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema*, da **Editora Fiocruz**, categoria Melhor livro na área de Tecnociências: “O mais importante de tudo isso é que nas universidades se faz muitos trabalhos, muitas pesquisas, e a divulgação delas, a garantia de um espaço para seu reconhecimento, como este, é algo fundamental.” Carmen Beatriz Silveira, co-organizadora: “essa iniciativa ajuda a valorizar e expor os nossos trabalhos. E não deve ser simples, com a quantidade de editoras e universidades que temos em um país tão extenso, você conseguir fazer um evento desses, fazer uma seleção tão atenta de tantos de trabalhos. Por isso acho que a Associação está de parabéns por este esforço.”

Teresa Alexandrina Motta, organizadora de *O Retrato e o Tempo: Coleção Francisco Rodrigues - 1840-1920*, da **Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana**, categoria Melhor projeto gráfico: “O nosso livro foi um trabalho conjunto de extrema dedicação, com a ajuda da Fundação Joaquim Nabuco e da Editora Massangana. Como no nosso caso havia um grande esforço na seleção das fotografias e da recuperação do acervo de imagens, realmente o projeto demandou um tratamento especial na confecção do design do livro. É gratificante que tudo isso tenha valido a pena.”



Foto: arquivo ABEU

Os finalistas e os ganhadores de cada categoria do Prêmio ABEU 2015:

HUMANIDADES

- Alegoria Moderna: Crítica Literária e História da Literatura na Obra de Sérgio Buarque de Holanda – Thiago Lima Nicodemo – Editora Fap-Unifesp
- **Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários (século VIII a. C - século XVIII) – Roberto Acízelo de Souza – Argos Editora da Unochapecó**
- Eça de Queiroz: Uma Biografia – A. Campos Matos – Editora Unicamp / Coedição com Ateliê Editorial

TECNOCIÊNCIAS

- **Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema – Carmen Beatriz Silveira, Tania Maria Fernandes, Bárbara Pellegrini – Editora Fiocruz**
- Plantas Aromáticas do Ver-o-Peso – M^a das Graças B Zoghbi, Milton Guilherme C. Mota e Carmen Célia C. da Conceição – Editora Museu Paraense Emilio Goeldi e Editora da Universidade Federal Rural da Amazônia
- Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas – Renato Dagnino – EDUEPB/Insular

PROJETO GRÁFICO

- Festas Chilenas - Sociabilidade e Política no Rio de Janeiro no Ocaso do Império – Designer: (Capa) Shaiani Duarte / (Miolo) Graziella Morrudo – EDIPUCRS / Ministério da Justiça / Arquivo Nacional
- Livro dos ex-libris – Ana Luisa Escorel/Ouro sobre azul – Imprensa Oficial do Estado S/A – Imesp
- **O Retrato e o Tempo: Coleção Francisco Rodrigues 1840-1920 – Zolu Design – Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana**



Primeiro colocado Tecnociências



Antônio Gianotti, curador do Prêmio ABEU 2015



Primeiro colocado Projeto Gráfico



Primeiro colocado Humanidades



Cerimônia reuniu jurados, concorrentes, associados...



...diretoria e representantes do setor livreiro



Recepção descontraída...



...e com boa música marcam o evento

Estes foram os jurados escolhidos para analisarem as obras inscritas no Prêmio ABEU 2015.

TECNOCIÊNCIAS

Enio Galinkin Jelihovsch é doutor em Estatística pela University of California, Berkeley. Atualmente, é professor e pesquisador na Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, onde atua no Laboratório de Estatística Computacional. Suas áreas atuais de interesse: estatística computacional no R, análise multivariada categórica. Análise de Correspondência, Latent Budget Analysis, Latent Class analysis. E-mail: eniojelihovs@gmail.com

Roberto André Kraenkel, paulistano de 55 anos, ensina e pesquisa no Instituto de Física Teórica, Unesp. Bacharel e mestre em Física pela USP e doutor pelo Instituto de Física Teórica da Unesp, instituição pela qual é livre-docente. Seu interesse em pesquisa está centrado em dinâmica de sistemas complexos, com ênfase em aplicações em biologia. Foi membro do Conselho Editorial Acadêmico da Editora da UNESP por quatro anos. Reside em São Paulo. E-mail: kraenkel@ift.unesp.br

José da Rocha Carvalho é médico pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP desde 1963 onde obteve os títulos de doutor em Parasitologia, e, posteriormente, sempre no Departamento de Medicina Social, de livre-docente. Atualmente aposentado, foi Coordenador do Campus da USP de Ribeirão Preto, nos anos 1980, professor Colaborador do IEA/USP e professor do PROLAM/USP. Na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, foi Diretor do Instituto de Saúde e Coordenador dos Institutos de Pesquisa. No Ministério da Saúde, foi assessor do ministro Almeida Machado (1975 a 1976) e, até hoje, é consultor e membro de diversos comitês ministeriais. Na Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, exerceu a direção do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, e, recentemente, foi Vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; hoje, participa do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) e é assessor do Presidente da Fiocruz. É membro do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Cebes. Tem larga experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: método epidemiológico; HIV/aids; Ciência, Tecnologia & Inovação em Saúde; políticas de desenvolvimento de vacinas e imunobiológicos. E-mail: jrcarval@fiocruz.br

Valdir Prigol é graduado em Letras pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor-pesquisador com dedicação exclusiva à Universidade Federal da Fronteira Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária, atuando principalmente nos temas da constituição do sujeito crítico literário, da literatura do presente e da formação de leitores. Coordena o grupo de pesquisa Trânsitos literários. Participa do grupo de pesquisa Língua(gem), discurso e subjetividade e do Laboratório Fronteiras. É professor do Curso de Letras e do Mestrado em Estudos Linguísticos da UFFS. E-mail: valdirprigol@gmail.com:

Luiz Osvaldo Leite, um porto-alegrense de 82 anos, é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, tendo sido fundador, primeiro diretor e professor do Instituto de Psicologia dessa universidade. Foi também professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, e da UNISINOS. Como Diretor da Editora da UFRGS, foi membro fundador da ABEU e Vice-presidente da primeira Diretoria da Associação. Participou de conselhos editoriais de diferentes casas editoras. Dado seu conhecimento e sua profunda ligação com a música erudita, exerceu a Presidência da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, OSPA, nos anos 1990. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Academia Rio-Grandense de Letras. Seus inúmeros trabalhos publicados resultam, especialmente, das pesquisas que desde sempre desenvolveu sobre o pensamento sul-rio-grandense. Reside em Porto Alegre. E-mail: luizosvaldoleite@gmail.com

Carlota Boto nasceu em São Paulo. É professora da Faculdade de Educação da USP, onde leciona Filosofia da Educação. Formou-se na Universidade de São Paulo, em Pedagogia e em História. É mestre em História e Filosofia da Educação pela FEUSP, doutora em História Social pela FFLCH/USP e livre-docente em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP. Iniciou sua carreira como professora do primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Entre 1987 e 2001, foi docente da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, onde lecionou História da Educação. Atualmente, desde 2002, leciona Filosofia da Educação na FEUSP. Tem publicações na área de História da Educação e na área de Filosofia da Educação. É autora do livro *A escola do homem novo: entre o Iluminismo*

e a Revolução Francesa, EdUnesp e do livro *A escola primária como rito de passagem: ler, escrever, contar e se comportar*, pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Orienta mestrados e doutorados no Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP. Também é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL Ar./UNESP-Campus de Araraquara. Participou, como conselheira, do CONDEPHAAT entre 2000 e 2002. Integrou, ainda, o Conselho Superior da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo entre 2002 e 2011. E-mail: reisboto@usp.br

PROJETO GRÁFICO

Fabio Silveira é designer e professor. Formado pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, com pós-graduação em branding – ou gestão de marcas – e em pedagogia para o Ensino Superior. Mestrando em Educação pela Universidade Del Salvador, em Buenos Aires. Atuou durante 15 anos na Editora Abril implantando diversos processos que englobavam fotografia digital e fluxos editoriais para diversas revistas e outras publicações do Grupo Abril Faz parte do corpo docente dos cursos de graduação em Design Gráfico e coordena o curso de pós-graduação em Design Editorial e Infografia no Instituto Europeo di Design, IED. Desenvolve workshops de Design Thinking em empresas e é responsável pela implantação do projeto Design Thinking para Educadores em parceria com o Instituto Educa Digital e a IDEO. E-mail: fabio.designer-br@gmail.com

Isabel Carballo estudou Belas Artes na Faculdade de Filosofia e Letras da cidade de Rosario, Argentina. Por lá, militou em movimentos estudantis ligados a grupos sindicais. Foi em um jornal sindical que iniciou seu trabalho como designer, nos anos 1960. Em Buenos Aires, realizou vários trabalhos como designer de livros. Foi diretora de arte da prestigiosa Editora Siglo XXI, fechada pela ditadura militar argentina em 1976 (Uma das publicações dessa editora, *O Capital*, K. Marx, foi, com outras obras, queimada em cerimônia oficial, relata Isabel.) Emigrou para o Canadá, vivendo em Vancouver, onde foi diretora de arte da revista *Western Living* e, mais tarde abriu o próprio Studio. Em 1984 vem para o Brasil, radicando-se em São Paulo, onde mantém uma empresa de design prestando serviços de projeto visual para publicações das mais renomadas editoras brasileiras. Desde 2009 desenvolve um trabalho dirigido ao meio ambiente e, especialmente, ao cuidado de animais de rua. E-mail: g.carballo@uol.com.br

Mari Pini é graduada em Educação Artística pela FAAP e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Pesquisa Exploratória em Design, NEX, do IED – Instituto Europeo di Design, São Paulo, onde é professora da disciplina de História da Gráfica. Em seu percurso na área de design gráfico iniciou como diagramadora e ilustradora na Folha de São Paulo; posteriormente, trabalhou no Departamento de Arte de telenovelas da TV Bandeirantes, no estúdio de Massao Ohno, na Editora Três, antes de se dedicar ao gerenciamento de seu estúdio de design, fundado em 1984, onde vem desenvolvendo projetos gráficos para identidade visual, comunicação visual e design editorial para livros, catálogos de arte e institucionais. Na área cultural processa design expositivo, conceituação e expografia para exposições e eventos. Nos anos 1990, integrou a diretoria da ADG Associação de Designers Gráficos tendo coordenado a edição do manual *Prática Profissional do Designer Gráfico*. Possui uma linha de peças gráficas, editadas anualmente desde 1977, registradas com sua marca, que receberam prêmios de excelência gráfica, se destacando pelo apuramento técnico de sua produção, originalidade e estética. E-mail: maripinidesign@gmail.com



Distribuídas nas cinco regiões brasileiras, as 119 associadas espelham a diversidade da produção científica nacional, baseada nas características locais das instituições de ensino e de pesquisa.

ARGOS EDITORA

Universidade Comunitária Regional de Chapecó, SC
www.unochapeco.edu.br/argos

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, RJ
www.bibliex.edu.eb.br

CEPESC EDITORA

Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ
www.cepesc.org.br/editora

EDIÇÕES da Casa de Rui Barbosa

Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, RJ
www.casaruibarbosa.gov.br

EDIÇÕES UESB

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da

Conquista, BA

www.uesb.br/editora

EDIÇÕES UVA

Universidade do Vale do Acaraú, Fortaleza, CE
www.uvanet.br

EDIFIEO

Fundação Instituto de Ensino para Osasco, SP
www.unifieo.br

EDIFURB

Fundação Universidade Regional de Blumenau, SC
www.editora.furb.br

EDIPUCRS

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS
www.pucrs.br/edipucrs; edipucrs@pucrs.br

EDITORA DA FURG

Universidade Federal do Rio Grande, RS
www.vetorial.net/~editfurg

EDITORA DA PUC GOIÁS

Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO
www.ucg.br/editora

EDITORA DA UFC

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE
www.editora.ufc.br

EDITORA DA UFGD

Universidade Federal da Grande Dourados, MS
www.ufgd.edu.br/editora

EDITORA DA UFPI

Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI
www.ufpi.br/editora

EDITORA DA UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS
www.ufrgs.br/editora

EDITORA DA UFRR

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR
www.ufr.br/institucional/editora/editora-da-ufr

EDITORA DA UFSC

Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, SC
www.editora.ufsc.br

EDITORA DA UFT

Universidade Federal de Tocantins, Palmas, TO
www.uft.edu.br

EDITORA DA ULBRA

Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS
www.editoradaulbra.com.br

EDITORA DIÁRIO OFICIAL

Serviços Gráficos de Sergipe, Aracaju, SE
www.segrase.se.gov.br

EDITORA DO IFPB

Instituto Federal de Educação, Ciência e Cultura da Paraíba, João Pessoa, PB
www.ifpb.edu.br

EDITORA E GRÁFICA UNIVERSITÁRIA

Universidade Federal de Pelotas, RS
prec.ufpel.edu.br/livraria

EDITORA FGV

Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ
www.fgv.br/editora

EDITORA FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

www.fiocruz.br/editora

EDITORA IFIBE

Instituto Superior de Filosofia Berthier, Passo Fundo, RS
www.ifibe.edu.br/editora

EDITORA IFG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Goiânia, GO
www.ifg.edu.br

EDITORA IFRN

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN
www.ifrn.edu.br/pesquisa/editora

EDITORA IMED

Complexo de Ensino Superior Meridional, Passo Fundo, RS
www.imed.edu.br

EDITORA INTERSABERES

Faculdade Internacional de Curitiba, PR
www.editoraibpex.com.br

EDITORA LETRASLIVRES

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Brasília, DF
www.anis.org.br

EDITORA MACKENZIE

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP
www.mackenzie.br/editoramackenzie

EDITORA MASSANGANA

Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE
www.fundaj.gov.br

EDITORA METODISTA

Universidade Metodista de São Paulo, SP
www.metodista.br/editora

EDITORA PUC MINAS

Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, MG
www.pucminas.br/editora

EDITORA PUC-RIO

Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ
www.puc-rio.br/editorapucrio

EDITORA UCDB

Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS
www.ucdb.br/editora

EDITORA UEA

Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, AM
www.uea.edu.br

EDITORA UEG

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO
www.editora.ueg.br

EDITORA UEMS

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS
www.uems.br/proec/editora

EDITORA UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR
www.uepg.br/editora

EDITORA UFJF

Universidade Federal de Juiz de Fora, MG
www.editorauffj.com.br

EDITORA UFLA

Universidade Federal de Lavras, MG
www.editora.ufla.br

EDITORA UFMS

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS
www.editora.ufms.br

EDITORA UFPR

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR
www.editora.ufpr.br

EDITORA UFRB

Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cruz das Almas, BA
www.ufrb.edu.br

EDITORA UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ
www.editora.ufrj.br

EDITORA UFSM

Universidade Federal de Santa Maria, RS
www.ufsm.br/editora

EDITORA UFV

Universidade Federal de Viçosa, MG
www.editoraufv.com.br

EDITORA UNB

Universidade de Brasília, DF
www.editora.unb.br

EDITORA UNESC

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC
www.unesc.net

EDITORA UNESP

Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP
www.editoraunesp.com.br

EDITORA UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP
www.editora.unicamp.br

EDITORA UNICENTRO

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR
www.unicentro.br/editora

EDITORA UNIFACS

Universidade Salvador, BA
www.unifacs.br

EDITORA UNIFESP

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP
www.editoraunifesp.com.br

EDITORA UNIJUI

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS
www.editoraunijui.com.br

EDITORA UNILASALLE

Centro Universitário La Salle, RS
www.unilasalle.edu.br

EDITORA UNIMEP

Universidade Metodista de Piracicaba, SP
www.unimep.br/editora

EDITORA UNIMONTES

Universidade Estadual de Montes Claros, MG
www.unimontes.br

EDITORA UNIRITTER

Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS
www.uniritter.edu.br/editora

EDITORA UNISINOS

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS
www.unisinos.br/editora

EDITORA UNISUAM

Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta, Rio de Janeiro, RJ
www.unisuam.edu.br

EDITORA UNISUL

Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC
www.unisul.br/editora

EDITORA UNIVALI

Universidade do Vale do Itajaí, SC
www.univali.br/editora

EDITORA UNIVERSITÁRIA CHAMPAGNAT

Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, PR
www.editorachampagnat.pucpr.br

EDITORA UNIVERSITÁRIA METODISTA IPA

Centro Universitário Metodista, Porto Alegre, RS
www.metodistadosul.edu.br/editora_ipa

EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB
www.ufpb.br/editora

EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPE

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE
www.ufpe.br/edufpe

EDITORA UNIVILLE

Universidade da Região de Joinville, SC
www.community.univille.edu.br/editora_univille

EDITORA URI

Fundação Regional Integrada Frederico Westphalen, RS
www.fw.uri.br/site/editora

EDITORA UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
www.utfpr.edu.br

EDITUS

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA
www.uesc.br/editora

EDIUNIARP

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC
www.uniarp.edu.br

EDR

Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, CE
www.edicoesdemocritorocha.com.br

EDUA

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM
www.edua.ufam.edu.br

EDUC

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP
www.pucsp.br/educ

EDUCAT

Universidade Católica de Pelotas, RS
www.educat.ucpel.tche.br

EDUCS

Universidade de Caxias do Sul, RS
www.ucs.br/ucs/editora

EDUECE

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE
www.uece.br

EDUEL

Universidade Estadual de Londrina, PR
www.uel.br/editora

EDUEM

Universidade Estadual de Maringá, PR
www.eduem.uem.br

EDUEMA

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA
www.uema.br

EDUEMG

Universidade do Estado de Minas Gerais, Barbacena, MG
www.eduemg.uemg.br/index.php

EDUEPA

Universidade Estadual do Pará, Belém, PA
www.uepa.br/prof/eduepa

EDUEPB

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB
www.eduepb.uepb.edu.br

EDUERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ
www.eduerj.uerj.br

EDUFAC

Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC
www.ufac.br/pro_reitorias/pr_pesquisa/edufac/edufac_experiencia.html

EDUFAL

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL
www.edufal.ufal.br

EDUFBA

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA
www.edufba.ufba.br

EDUFERSA

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN
www.edufersa.ufersa.edu.br

EDUFES

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES
www.secretariadecultura.ufes.br/editora_ufes.php

EDUFF

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ
www.editora.uff.br

EDUFMA

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA
www.ufma.br

EDUFMT

Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT
www.ufmt.br/edufmt

EDUFPA

Universidade Federal do Pará, Belém, PA
www.ufpa.br/editora

EDUFRA

Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, PA
www.ufra.edu.br

EDUFRN

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal,

RN

www.editora.ufrn.br**EDUFRPE**

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

www.editora.ufrpe.br**EDUFSCAR**

Editora da Universidade Federal de São Carlos, SP

www.editora.ufscar.br**EDUFU**

Universidade Federal de Uberlândia, MG

www.edufu.ufu.br**EDUL - Editora Universitária Leopoldianum**

Universidade Católica de Santos, SP

www.unisantos.br/edul**EDUNEAL**

Universidade Estadual de Alagoas, Arapiraca, AL

EDUNEB

Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA

www.eduneb.uneb.br**EDUNIOESTE**

Universidade do Estadual do Oeste do Paraná,

Cascavel, PR

www.unioeste.br/editora**EDUNISC**

Universidade de Santa Cruz do Sul, RS

www.unisc.br/edunisc**EDUNIT**

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE

<http://editoratiradentes.com.br>**EDUNP**

Universidade Potiguar, RN

www.unp.br**EDUPE**

Universidade de Pernambuco, Recife, PE

www.upe.br**EDUR**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ

www.editora.ufrj.br**EMBRAPA**

Informação Tecnológica, Brasília, DF

www.sct.embrapa.br/liv**FE-UNICAMP**

Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, SP

www.fe.unicamp.br**IMESP**

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, SP

www.imprensaoficial.com.br**IAPAR**

Instituto Agrônomo do Paraná, Londrina, PR

www.iapar.br**INSTITUTO PIAGET EDITORA**

UNIPIAGET Brasil, São Paulo, SP

www.ipiageteditora.com.br**MPEG**

Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA

www.museu-goeldi.br/editora**UEFS EDITORA**

Universidade Estadual de Feira de Santana, BA

www.uefseditora.uefs.br**UNASPRESS**

Instituto Adventista de Ensino, Engenheiro Coelho, SP

www.unaspress.unasp.edu.br**UNOPAR EDITORA**

União Norte do Paraná de Ensino, Londrina, PR

www.unopar.br**UPF EDITORA**

Universidade de Passo Fundo, RS

www.upf.br/editora